



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**POLYANNA CAROLINA DA SILVA SOUSA
THAYANE ALVES DOS SANTOS**

**O USO DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS NA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

**JOÃO PESSOA – PARAÍBA
2017**

POLYANNA CAROLINA DA SILVA SOUSA
THAYANE ALVES DOS SANTOS

O USO DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para obtenção do título de Pedagogo.

Orientadora: Profa Ma. Daniele dos Santos Ferreira Dias.

JOÃO PESSOA – PARAÍBA
2017

S725u Sousa, Polyanna Carolina da Silva.

O uso do dispositivos móveis na educação de jovens e adultos /
Polyanna Carolina da Silva Sousa, Thayane Alves dos Santos. –
João Pessoa: UFPB, 2017.
75f. : il.

Orientadora: Daniele dos Santos Ferreira Dias
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Aprendizagem móvel. 2. Dispositivos móveis. 3. Educação de
jovens e adultos. I. Santos, Thayane Alves dos. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 374.7(043.2)

POLYANNA CAROLINA DA SILVA SOUSA
THAYANE ALVES DOS SANTOS

O USO DOS DISPOSITIVOS MÓVEIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Esta monografia foi julgada e aprovada para obtenção da conclusão do Curso de
Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Ma. Daniele dos Santos Ferreira Dias

(Orientadora)

Prof. Dr. Timothy Denis Ireland

(Examinador)

Prof.^a Dr^a Marineuma de Oliveira Costa Cavalcanti

(Examinadora)

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho aos nossos familiares que tanto nos apoiaram e nos incentivaram a chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Eu, Polyanna, primeiramente agradeço a Deus por sua misericórdia sobre minha vida, por ter me dado tantos livramentos nas estradas durante os percursos diários, que eu precisava fazer para chegar à universidade, a ele toda honra e glória.

Agradeço a minha mãe Severina Ferrais por todo o apoio, carinho e compreensão, que com suas palavras e orações, me incentivou desde o primeiro momento da aprovação, e mesmo com todas as dificuldades que surgiram durante a graduação não me deixou desistir, e, muitas vezes, com sacrifícios, buscava as melhores saídas.

A meu noivo Victor Gustavo, que esteve comigo em todas as ocasiões dessa longa caminhada, desde o primeiro dia até o último, que não mediu esforços para que esse sonho se concretizasse, com toda sua paciência e amor me encorajava diante dos momentos mais difíceis. A minha sogra, sogro e cunhadas minha enorme gratidão, me acolheram e se preocuparam nos momentos que não havia transporte para me locomover do interior até a Universidade.

Agradeço a todos os professores que durante a graduação contribuíram para a minha formação, em especial a MsC. Daniele dos Santos F. Dias, que me despertou curiosidades pelas tecnologias desde o 3º período, e que, com todo seu carinho, me aceitou como orientanda. Obrigada por todas as orientações, e por ter acreditado neste trabalho a você toda a minha admiração.

Não poderia deixar de agradecer a minha amiga e companheira Thayane Alves, que na maior parte da graduação esteve ao meu lado sendo parceira nas atividades acadêmicas e agora no trabalho de conclusão de curso. Foi um prazer dividir este trabalho com você, sua dedicação e sabedoria foram essenciais para nossa pesquisa.

Eu, Thayane Alves, agradeço primeiramente ao Deus vivo ao qual é responsável pela minha vida e pela oportunidade dada a mim de ingressar na UFPB. Sem Ele, certamente não estaria escrevendo esses agradecimentos agora.

Agradeço à minha família. Sem o apoio, carinho, paciência e incentivo da minha família, durante todo o curso, a jornada acadêmica teria sido ainda mais difícil. As palavras de carinho, sobretudo dos meus pais, ecoam até hoje em meu coração e, indubitavelmente, me acompanharão em minha trajetória por toda a vida. A vocês todo meu amor.

Ao meu noivo amado Willian Albuquerque por todo apoio sincero e paciência infinita, sobretudo nos últimos dias de curso. Seu apoio foi fundamental em todo percurso até chegar aqui. As palavras me faltam ao seu respeito.

À Prof. Ma. Daniele dos Santos Ferreira Dias, como agradecer? Professora que me inspirou desde sua primeira aula na disciplina de Educação e Tecnologia até aos dias de hoje. Muito obrigada pelos ensinamentos e amizade sincera!

Em especial, agradeço ao Prof. Dr. Timothy Ireland por suas aulas tão ricas que tanto me inspirou a pensar na EJA de uma forma totalmente diferente. Faltam-me palavras para agradecer tamanha contribuição em minha carreira acadêmica.

Agradeço também aos demais professores, sobretudo aos da área de aprofundamento que, através de suas colaborações, foram fundamentais no processo de elaboração deste Trabalho.

Aos colegas de turma, meu muito obrigado! Dentro em breve estarão passando pelo processo de conclusão de curso e, sem dúvida, serão excelentes profissionais. Agradeço pelo companheirismo e amizade durante esses anos. Jamais serão esquecidos.

Por fim, mas não menos importante, a minha companheira, amiga, parceira de curso Polyanna Carolina. Obrigada pelo companheirismo, as risadas nos momentos mais difíceis que possibilitaram um alívio na tensão que sentíamos no decorrer desse processo de conclusão do curso.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho investiga o uso dos dispositivos móveis na Educação de Jovens e Adultos. A utilização desses aparatos digitais é defendida principalmente por ampliar o espaço e tempo da aprendizagem. Nesse sentido, buscou-se responder quais as relações entre o fazer professor e o uso dos dispositivos móveis nessa modalidade de ensino. Considerando serem esses aparatos digitais de relevância ímpar como material de apoio pedagógico, foi aplicado um questionário com 18 questões de múltipla escolha a fim de saber se professores de uma das escolas da rede pública municipal de João Pessoa fazem o uso ou não desses dispositivos, bem como conhecer suas implicações. A partir das respostas obtidas, foram elaborados gráficos que possibilitaram uma visão panorâmica acerca do posicionamento desses profissionais. Para fundamentar a importância de metodologias que envolvam as tecnologias na educação de jovens e adultos, foi necessário o resgate do passado histórico do público da EJA dando evidência a recusa do direito à educação, bem como a indicação dos dados atuais que comprovam a emergente necessidade de uma prática docente inovadora e que colabore para extinguir a exclusão digital, sobretudo perante uma sociedade onde as tecnologias são amplamente conhecidas e utilizadas. A partir da pesquisa realizada, comprovou-se a hipótese de que o uso de dispositivos móveis é reconhecido pelos professores participantes da pesquisa como sendo importante, apesar de que nem todos fazem o uso desses aparatos. No entanto, aqueles que fazem uso não tem planejamento sistematizado. Uma outra hipótese que se confirma no decorrer da pesquisa é que a formação permanente se faz não apenas necessária, mas urgente, tendo em vista a constante evolução das tecnologias e suas implicações pedagógicas.

Palavras-chave: Aprendizagem móvel. Dispositivos móveis. Educação de Jovens e Adultos. Tecnologias.

ABSTRACT

This paper investigates the use of mobile devices in youth and adult education. The usage of these digital devices is mainly defended by the broadening of time and space of learning. In this case, it was searched what the relationships were between the teacher's doings and the use of mobile devices in his teaching modality. Considering that these digital devices as unique in relevance to pedagogical support, it was applied to a questionnaire with 18 multiple choice questions to know whether the professors of a public school from the district of João Pessoa use or not these devices, as well as learn its implications. From the answers obtained, where elaborated graphics that will allow a panoramic view of these professionals positioning. In order to justify the importance of the methodology involving technologies on education for young and adults, it was necessary to rescue the past history of the public of young and adult education evidencing the denial of education, as well as indicating actual data that proves an emerging need of an innovative teaching practices that collaborate on the extinguishing of digital exclusion, moreover in face of a society where technologies are broaden known and used. Based on the research done, it was proven the hypothesis that the use of mobile devices is recognized by the participating teachers on the research as being important, although not all use this apparatus, however, those who use the devices do not have a planned systemized. Another hypothesis confirmed during the research is that lifelong learning is not only necessary but urgent, given the constant evolution of technologies and their pedagogical implications.

Key Words: Mobile Devices. Youth and Adult Education. Technologies

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo – Brasil – 2007/2015.....	23
FIGURA 2: Educação de Jovens e Adultos- Matrículas na EJA por faixa etária – Brasil – 2007-2015.....	24
FIGURA 3: Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2005/2014.....	43
FIGURA 4: Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade Brasil - 2005/2014.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: O uso de tecnologias móveis na EJA é importante para a vida de jovens e adultos.	50
GRÁFICO 2: Utilizo dispositivos móveis para apoiar o processo de ensino pelo menos duas vezes por semana.	51
GRÁFICO 3: Utilizo dispositivos móveis para apoiar o processo de ensino pelo menos uma vez por mês.	52
GRÁFICO 4: Utilizo dispositivos móveis para apoiar o processo de ensino pelo menos uma vez ao ano.	52
GRÁFICO 5: A maior parte dos meus alunos possui dispositivos móveis (smartphone, tablet...) e o utilizam com frequência para estudar.	53
GRÁFICO 6: A maior parte dos meus alunos possui dispositivos móveis (smartphone, tablet...) e o utilizam com frequência para entretenimento.	54
GRÁFICO 7: O uso de dispositivos móveis facilita a aprendizagem dos estudantes.	55
GRÁFICO 8: Não utilizo dispositivos móveis para apoiar o processo de ensino.	55
GRÁFICO 9: Eu possuo dispositivos móveis (smartphone, tablet...) e os utilizo com frequência para estudar e trabalhar.	57
GRÁFICO 10: Estimulo os estudantes a utilizarem os dispositivos móveis para estudar fora da sala de aula.....	57
GRÁFICO 11: Tenho domínio de como planejar as minhas aulas utilizando dispositivos móveis como recurso didático.....	58
GRÁFICO 12: Tenho facilidade para utilizar os recursos tecnológicos digitais, em especial dispositivos móveis, para ensinar.....	59
GRÁFICO 13: Em minha escola o uso de dispositivos móveis é proibido.....	60
GRÁFICO 14: O uso de dispositivos móveis deve ser proibido em sala de aula, pois atrapalha as aulas e a concentração da turma.....	60
GRÁFICO 15: Conheço aplicativos que podem ser utilizados em sala de aula para auxiliar a construção de conhecimentos.....	61

GRÁFICO 16: Já explorei aplicativos do próprio celular (calculadora, mapas, etc.) com meus alunos em sala de aula para compreenderem melhor o conteúdo estudado. .62

GRÁFICO 17: O uso de tecnologias móveis na metodologia de ensino para a EJA facilita a prática docente.63

GRÁFICO 18: Gostaria de participar de uma formação específica para utilização dos dispositivos móveis como recursos didáticos na EJA.....63

LISTA DE SIGLAS

CEAA	Campanha Nacional de Educação de Adolescente e Adulto
CEB	Câmara de Educação Básica
CF	Constituição federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IE.S2	Inovação, Educação e Soluções Tecnológicas.
LDBEN	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA	Movimento de Alfabetização
ONU	Organização das Nações Unidas
PALMA	Programa de Alfabetização da Língua Materna
PAS	Programa de Alfabetização Solidária
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostragem por domicílio
PNE	Plano Nacional da Educação
SEA	Serviço de Educação de Adulto
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1- Resgate do passado histórico da Educação de Jovens e Adultos	17
2.1.1 Educação de Jovens e Adultos no Brasil Império e República	17
2.1.2 Marcos históricos a partir da década de 40.....	18
2.2 Contextualização atual da Educação de Jovens e Adultos	23
2.3 Fundamentos Legais da Educação de Jovens e Adultos	28
2.4 Reflexão sobre metodologias de ensino na Educação de Jovens e Adultos ...	33
2.4.1 Formação docente com ênfase em tecnologias na educação.....	37
2.5 Tecnologia como uma ferramenta educacional.....	39
2.6 Dispositivos móveis como ferramenta pedagógica na educação de Jovens e Adultos.....	42
3. PERCURSO METODOLÓGICO	48
4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO	50
5. CONSIDERAÇÕES	65
6. REFERÊNCIAS	67
APÊNDICES	71
ANEXOS.....	73

1. INTRODUÇÃO

A ascendência de dispositivos móveis no cotidiano do ser humano é evidente e notória ao longo da história. Em larga escala eles têm facilitado a vida do homem durante a exploração das múltiplas ferramentas que estes equipamentos oferecem. A escolha dessa temática se deu ainda no 3º período do Curso de Pedagogia através da disciplina de Educação e Tecnologia, ministrada pela Profª Ma. Daniele dos Santos Ferreira Dias. A temática mostrou-se de grande relevância para nossa formação e, por esse motivo, adotamos como tema para este Trabalho de Conclusão de Curso.

Atualmente o uso das tecnologias na educação de jovens e adultos enfrenta inúmeros desafios. Um destes volta-se às metodologias de ensino, as quais devem estar de acordo com a realidade do seu público, abordando recursos condizentes com o mundo atual, cuja tecnologia está presente em todos os setores sociais. Abordar o uso dos dispositivos móveis nesta modalidade de ensino é, nesse sentido, necessário e urgente.

A utilização de dispositivos móveis na Educação, também conhecida como *Mobile Learning*, vem sendo inserida na Educação de Jovens e Adultos – EJA possibilitando ações que facilitam aprendizagens dentro e fora da sala de aula, num movimento de Aprendizagem Móvel. De acordo com Fonseca (2014), essa aprendizagem traz a proposta de se acessar os estudos a qualquer hora e em qualquer lugar. Além disso, a inserção de tecnologias, em especial as móveis, em sala de aula proporciona melhor engajamento nas ações da sociedade contemporânea, onde muitas vezes os estudantes da EJA sentem-se limitados por não terem a ampla compreensão sobre o funcionamento desses recursos. O uso de caixas eletrônicos, da internet ou mesmo o manuseio de computadores impõe limites que ampliam ainda mais as necessidades dos alunos, colocando-os num espaço de exclusão social.

De acordo com uma pesquisa realizada em 2014 pela Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio – PNAD -, existem em torno de 13,04 milhões de pessoas no Brasil, a partir de 15 anos de idade que não são alfabetizados. Os índices mostram que a maior parte da população analfabeta está concentrada no Norte (45,6%) e Nordeste (50,9%) do país. Diante desses dados, naturalmente caminha-se em direção à questão emergente de uma educação de qualidade na modalidade EJA. De acordo

com Dias; Deus; Ireland (2013, p. 7): “No tocante à Educação de Jovens e Adultos, o processo de aprendizagem tem características peculiares a seus sujeitos.”. Dessa maneira, cabe um olhar específico para a metodologia na EJA e as implicações que o uso das tecnologias apresenta nessa realidade. É importante tratar das metodologias com uso de tecnologias, pois, como defende Paulo Freire:

Eu não diria que a escola tem de brigar com as novas presenças que se veem em torno delas. Presenças que vem surgindo em função do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e que, no campo da comunicação, as superam de longe, (ri) de longe! Aliás, se tu comparas a escola com esses meios que vêm emergindo no campo da comunicação com profunda dinâmica(...) podes observar como a escola é estática, perto deles. (GUIMARAES E FREIRE, 2011, p. 44)

Ou seja, estamos em tempo onde compreendemos, enquanto educadores, a importância dos recursos tecnológicos. Assim, muitos professores e escolas já fazem a inserção de Mobile Learning na EJA. Mas muitas vezes não se tem domínio pedagógico de uso destes aparatos para retirar a escola do espaço estático, tornando-a um espaço de transformação social. Entretanto, cabe-nos questionar: **Qual a relação entre prática docente e o uso dos dispositivos móveis na EJA?**

Neste sentido, para esta pesquisa foi traçado o **objetivo geral**: Identificar como os dispositivos móveis são utilizados nos processos de ensino e aprendizagem na EJA; e os **objetivos específicos**: Caracterizar o uso dos dispositivos móveis na Educação de Jovens e Adultos; Compreender como os dispositivos móveis favorecem o espaço de ensino e aprendizagem; Verificar como o professor da EJA tem utilizado os dispositivos móveis no processo de ensino.

A pesquisa caracteriza-se como de campo, de natureza aplicada pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, com abordagem qualitativa uma vez que os dados foram analisados indutivamente e teve objetivo avaliativo. Os procedimentos técnicos são de levantamento pois caracteriza-se por perguntas diretamente realizadas às pessoas cujas práticas serão analisadas. O universo da pesquisa é uma Escola Municipal na cidade de João Pessoa, Paraíba. Sua amostragem utilizou-se do critério de regência nas salas de Educação de Jovens e Adultos em todos os ciclos, sendo composta por 6 docentes que conta com 3 professores polivalentes e 3 de áreas específicas (Geografia, Ensino Religioso e Artes).

Com o intuito de dar conta da temática e responder a questão motivadora, esta pesquisa foi organizada – além da sua introdução - em quatro partes fundamentais.

São elas: **Fundamentação teórica**, onde será abordada a Educação de Jovens e Adultos, os Dispositivos Móveis e seu uso na EJA; **Percurso Metodológico**, onde são abordadas as características peculiares da pesquisa; **Análise dos dados e discussão** onde são considerados os resultados dos instrumentos utilizados e sua relação com os estudos e, por fim, as **Considerações** que não temos como finais por compreendermos a necessidade da continuidade das pesquisas e que, ainda que existam momentos nos quais precisam ser apresentadas como concluídas (como neste Trabalho de Conclusão de Curso), podem ser pontos de partida para estudos futuros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1- Resgate do passado histórico da Educação de Jovens e Adultos

2.1.1 Educação de Jovens e Adultos no Brasil Império e República

Concordamos com Strelhow (2010), que para compreender a conjuntura de um tema elencado para determinada pesquisa como objeto de estudo, o pesquisador deve atentar ao seu passado histórico a fim de apreender sua contextualização atual. Nessa perspectiva, iniciaremos um estudo do percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos – EJA com o propósito de estabelecer aproximação e clareza sobre a problemática em questão buscando contextualização e melhor esclarecimento da realidade da EJA na atualidade brasileira.

Quando se lança um olhar para o passado histórico da educação brasileira, remete-se imediatamente aos jesuítas que atuavam nesse período, por meio da Companhia Missionária de Jesus com o compromisso de alfabetizar os índios na língua portuguesa e catequizá-los. Após a saída dos jesuítas do Brasil, em 1759, a educação brasileira, que antes mantinha o foco na catequização dos índios, passa a ser encargo do Império. Nesse momento, percebe-se que a educação passou a ser restrita apenas à aristocracia. A partir daí, surgem então as aulas régias onde se ensinava filosofia, latim, grego e retórica. Este processo deu origem a grave problemática da exclusão de negros, índios e mulheres dos processos educativos formais, visto que consideravam-se que apenas homens brancos da alta nobreza, filhos de colonizadores fossem contemplados com o direito à educação. Somente em 1824, quando Dom Pedro I sancionou a Constituinte, é que a educação tornou-se direito de todos, conforme o art. 149, no entanto, a teoria mantinha-se distante da prática nesse sentido. Dez anos depois, conforme Ventura (2006) com o Ato Adicional de 1834, as províncias conquistaram maior autonomia sobre alguns aspectos, inclusive na educação. Foi após o Ato Adicional que as províncias se tornaram responsáveis pela educação primária, integral e obrigatória para todos, sobretudo para jovens e adultos.

2.1.2 Marcos históricos a partir da década de 40

A partir das contribuições de Ventura (2006), percebemos que os anos finais da década de 30 foram de suma importância no que diz respeito aos avanços que viriam a ocorrer na década de 40. Em 1934, por exemplo, foi criado o Plano Nacional da Educação – PNE que, por sua vez, foi a primeira política pública que preocupou-se com o atendimento educacional de jovens e adultos. Ainda na década de 30, houve uma atenção maior com a educação de jovens e adultos, uma vez que era imprescindível a qualificação de mão de obra devido ao processo urbano-industrial que o Brasil enfrentava. Foi aí que surgiu, em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, quatro anos depois, em 1946, surgia o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC mesmo apresentando semelhanças ao SENAI, o SENAR que surgiu logo em seguida, tinha caráter de aprendizagem rural. Nesse sentido, conforme Ventura (2006, p. 4) havia o propósito de “controle da formação e da reprodução de uma força de trabalho psíquica e fisicamente adaptada às técnicas e à disciplina da produção fabril.”. Outro marco histórico foi a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos– INEP em 1938, que tinha por objetivo realizar pesquisas e estudos sobre a educação. A partir deste, instituiu-se o Fundo Nacional do Ensino Primário – 1942, o qual deu maior visibilidade ao Ensino Supletivo. Logo após, em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Primário foi promulgada e visava também assistir jovens e adultos por meio da criação do Serviço de Educação de Adultos – SEA que trabalha em favor dos planos de ensino para esse público-alvo. Em 1947, o SEA foi então denominado de Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos.

Na década de 40, havia uma grande pressão em torno da alfabetização no Brasil, uma vez que no âmbito internacional a educação já havia avançado substancialmente e as taxas de analfabetismo apresentavam-se alarmantes. A partir dessa tensão, criou-se em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas – ONU e a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura – UNESCO órgão associado à ONU.

No setor de Educação, a principal diretriz da UNESCO é auxiliar os países membros a atingir as metas de Educação para Todos, promovendo o acesso e a qualidade da educação em todos os níveis e modalidades, incluindo a educação de jovens e adultos. Para isso, a Organização desenvolve ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades nacionais, além de prover acompanhamento técnico e apoio à implementação de políticas nacionais de educação, tendo sempre como foco a relevância da educação como valor estratégico para o desenvolvimento social e econômico dos países. (UNESCO, s/d)¹

Os anos finais da década de 40 foram marcados pelas diversas campanhas de alfabetização em massa como a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA, dirigida por Lourenço Filho, e a Campanha Nacional de Educação Rural – CNER, esta última abrangia de forma específica o Nordeste do Brasil. Essas campanhas objetivavam oportunizar o direito à alfabetização para a população analfabeta do país, tanto da cidade como na zona rural. Pouco depois da criação da UNESCO, houve a primeira Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA, em 1949, que se realizou em Elsinore, Dinamarca. Posteriormente, houve outras CONFINTEAS, as quais, Ireland (2013, p. 15) define como sendo: “um ciclo ou movimento que busca, periodicamente, fazer um balanço da educação de adultos em todo o mundo, estabelecer tendências emergentes e indicar caminhos à frente, para a década seguinte. ” Nessa perspectiva, ainda sobre as CONFINTEAS:

[...] representam a culminância de processos cíclicos ocorridos a cada dez ou doze anos nas últimas seis décadas, e que, em grande parte, seguiram um padrão semelhante. Isso incluiu um processo preparatório envolvendo a elaboração de relatórios nacionais sobre a situação da educação de adultos em cada país membro, a consolidação desses relatórios nacionais em um documento sobre a situação mundial, a preparação de outros documentos de apoio, a organização de reuniões preparatórias e seminários em diferentes níveis geopolíticos (nacional e regional) e instâncias organizacionais (governo e sociedade civil) que visam mobilizar e dar maior visibilidade ao campo da educação de adultos, a realização de uma grande conferência internacional em que algum tipo de declaração ou agenda internacional é acordado (particularmente no caso da quinta e sexta conferência) e, em seguida, são propostos mecanismos de acompanhamento vagamente definidos, por meio dos quais se espera monitorar a implementação dos compromissos e responsabilidades assumidas pelos governos durante a conferência. (IRELAND, 2013, p. 16)

Nessa perspectiva, as CONFINTEAS teceram um espaço importante ao que se referem os diálogos e discussões da situação da EJA naquele período e que perdura até aos dias de hoje. Principalmente a partir das agendas e metas estabelecidas em

¹ Texto retirado do site ONUBR – Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>.

cada Conferência a fim de beneficiar a EJA, o que demonstra compromisso e responsabilidade para com a referida modalidade. É importante ressaltar que essas Conferências ocorreram em diversas partes do mundo como Montreal (1963), Tóquio (1972), Paris (1985), Hamburgo (1997) e a última que ocorreu aqui no Brasil (2009).

No início dos anos 50, difundia-se a ideia da estreita relação entre a alfabetização de jovens e adultos e exercício da democracia por meio do voto. Strelhow (2010, p. 53) afirma que “era plausível ao momento histórico interno brasileiro o aumento de pessoas que, diante da lei, pudessem exercer o direito do voto no caminho da democratização.”. Em outras palavras, a alfabetização era vista como, primordialmente, uma ferramenta capaz de tornar os indivíduos aptos a exercerem a democracia.

Ao final dos anos 50, em 1958, iniciava-se uma nova discussão de metodologia pedagógica para a alfabetização de adultos. Durante o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1958, surgiu uma preocupação maior com o público-alvo dessa modalidade. Nessa época, revela-se um dos grandes nomes dos estudos na área da Educação: Paulo Freire, com ideias que envolviam a prática dialógica e a educação contextualizada a partir da vivência dos educandos. Depois disso, entre os anos 50 e 60, por meio da pedagogia freireana, a alfabetização de jovens e adultos ganhou maior visibilidade desencadeando assim diversos Movimentos tais quais: Movimento de Cultura Popular do Recife, Movimento de Educação de Base, Centros Populares de Cultura, Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a ler. O pano de fundo desses Movimentos era o de propagar a ideia de que os analfabetos sofreram com o processo de exclusão social em que tiveram negados seus direitos à educação, entre outros. Aqui, o elemento central era o conhecimento que esses indivíduos carregavam consigo, dessa forma valorizava-se a cultura popular e os saberes individuais e coletivo. Paralelamente nesse período, também foi promulgada a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024 – LDBEN de 20 de dezembro de 1961. Um grande marco na história da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Brasil, que também não se pode deixar de citar foi em 1963, a experiência de Paulo Freire em Angicos/ RN em que objetivava alfabetizar adultos em 40 horas, uma vez que essa cidade apresentava uma taxa preocupante de analfabetos.

Nesse ínterim, Paulo Freire é convidado para elaborar o Plano Nacional de Alfabetização – PNA criado através do decreto 53.465 de 21 de janeiro de 1964, junto ao Ministério da Educação – MEC, porém, em consequência do Golpe Militar de 1964 esse Plano sofreu descontinuidade.

O Golpe Militar que se instaurou no país em 1964 foi o principal responsável pelo retrocesso do grande salto que a Alfabetização de Jovens e Adultos estava alçando. A chamada Ditadura Militar encontra subsídios para o termo “ditadura” uma vez que propicia a interrupção brusca nos programas que seguiam desenvolvimento a partir das ideias freireanas. Passados alguns anos em 1967, o governo Militar inaugurava o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização que, ao contrário das contribuições de Paulo Freire, não evidenciavam a cultura popular tinham o intuito de proporcionar apenas o desenvolvimento da leitura e da escrita, sem a contextualização dos saberes dos educandos antes atribuía aos próprios alunos a necessidade de alfabetizar-se. E em 1985, o MOBRAL marca seu término uma vez que transforma-se em Fundação Educar, extinto cinco anos depois. Em 11 de agosto de 1971 é promulgada uma nova LDBEN nº 5.692 que seria novamente atualizada em 1996.

Os anos 80 e 90 foram caracterizados pela reestruturação do país após o Golpe de 64. Nesse sentido, sucederam diversos marcos significativos nos campos político, econômico, social e educacional. Em se tratando das transmutações ocorridas nesse período, percebe-se a intensa relação entre as partes citadas ao que diz respeito aos impactos causados nesse meio. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passa a ser direito de todos e dever do Estado e da família, além disso, propunha a colaboração da sociedade e Estado em favor da formação do cidadão. Conforme o Art. 205 da Constituição de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988.)

Segundo Ventura (2006), o país passava também, nesse período, por sua primeira eleição direta presidencial após a Ditadura de 64. Com a atualização da LDBEN nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a EJA conquista um capítulo exclusivo para tratar das diretrizes dessa modalidade.

Ainda na década de 90, surgiram alguns programas de alfabetização que merecem destaque especial. O MOVA – Movimento de Alfabetização – “procurava trabalhar a alfabetização a partir do contexto socioeconômico das pessoas alfabetizadas, tornando-as co-participantes de seu processo de aprendizagem. ” (STRELHOW, 2010, p. 56). Em outras palavras, o MOVA enquadrava o aluno no cenário real em que estava inserido, para alfabetizá-lo de maneira significativa. Outro programa que marcou a década de 90 foi o Programa de Alfabetização Solidária – PAS – que recebeu diversas críticas, uma delas é a de que seus alfabetizadores eram despreparados.

Em 2003, o Governo Federal lança o Programa Brasil Alfabetizado – PBA -, o Programa tem o objetivo de alfabetizar jovens de 15 anos ou mais, além de adultos e idosos. Segundo o MEC:

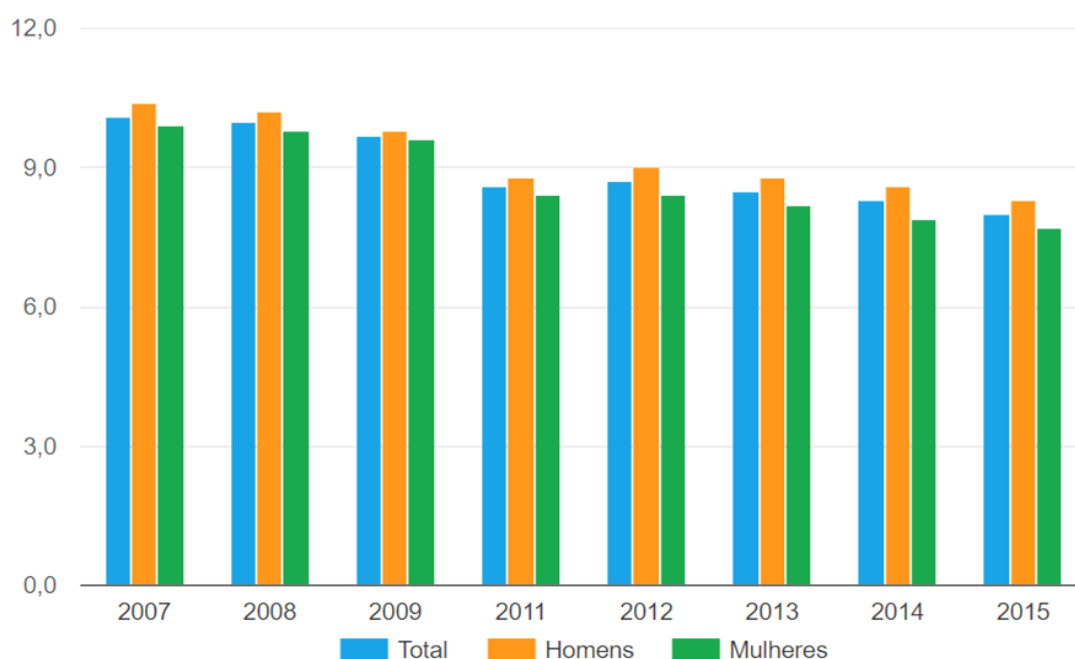
O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. (BRASIL, MEC. s/d)

Nesse sentido, percebemos que a história da Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil mostra as condições do sujeito que teve seu direito negado, mesmo sendo garantido pela Constituição. Embora essa temática venha sendo discutida, ao longo dos anos, através das CONFINTEAS, que nos possibilitam ter uma visão panorâmica da atual situação da EJA no país, também nos dá visibilidade aos números aflitivos sobre o analfabetismo ainda existente.

2.2 Contextualização atual da Educação de Jovens e Adultos

De acordo com Nacif et al. (2016), aqui no Brasil o quadro de analfabetismo ainda expressa o número de 13 milhões de pessoas com 18 anos ou mais. Apesar de percebermos a redução (conforme gráfico do IBGE que segue), ainda assim os dados continuam demonstrando o alto número de analfabetos considerando pessoas de 15 anos ou mais:

FIGURA 1: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo – Brasil – 2007/2015.

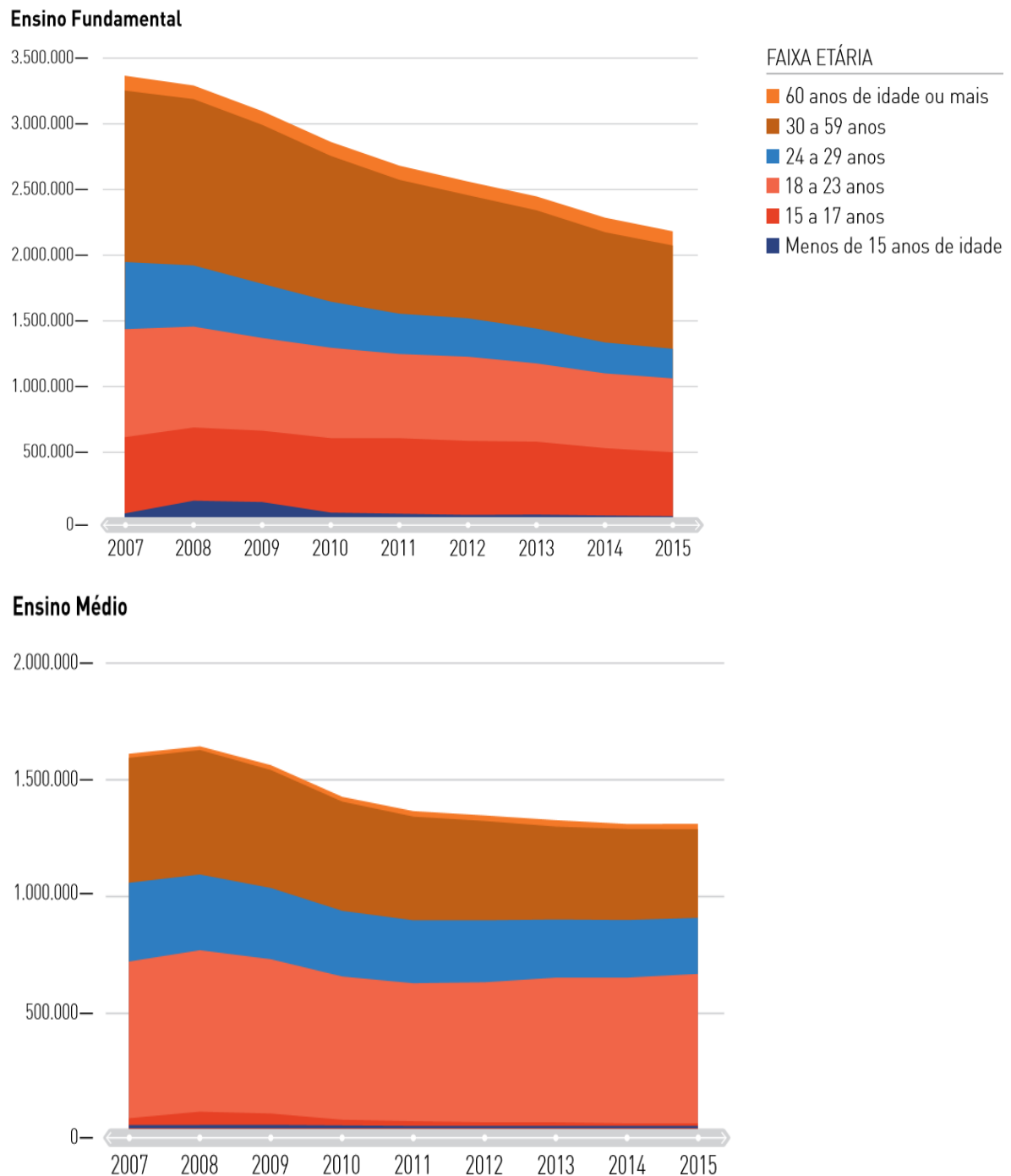


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015.

Outro agravante, em se tratando da Educação de Jovens e adultos, está relacionado às matrículas na EJA que caíram substancialmente. Em 2007 havia quase 5 milhões de matrículas, enquanto em 2015 esse número cai para 3.491.869 milhões, ou seja, houve queda de 4,6 % ao ano. Diante disso, há uma necessidade emergente em se pensar quais fatores estão relacionados a essa diminuição. Esses fatores podem ser caracterizados desde a ausência de interesse até a falta de tempo, recursos e condições de frequentar uma escola.

Conforme o gráfico do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2017) que segue, podemos visualizar a queda das matrículas na EJA:

FIGURA 2: Educação de Jovens e Adultos- Matrículas na EJA por faixa etária – Brasil – 2007-2015



Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Conforme os gráficos, no Ensino Fundamental da modalidade EJA, houve queda das matrículas nas faixas etárias de 24 a 60 anos a partir do ano de 2007. Já no Ensino Médio da EJA, a queda das matrículas se deu a partir de 2010. Lamentavelmente, os números referentes a pessoas nessa condição em nosso país, ainda são altos.

Atualmente o número de brasileiros na faixa etária de 18 anos ou mais que, segundo Nacif et al. (2016), não tem ensino médio e estão fora da escola é maior do que a população total da Argentina, Chile e Uruguai juntas. Essas informações carregam consigo dados alarmantes que expressam urgência em serem reparados. Não apenas a título de reduzir ou extinguir números, mas de conscientização a esses sujeitos do direito à educação. A descontinuidade do processo de alfabetização desses indivíduos é outro fator preocupante, mas também decorre das realidades em que vivem e da condição que se encontram que os impele a suspender os estudos.

Como percebemos, a partir do contexto histórico dessa modalidade, podemos constatar o preocupante desnível em se tratando ao direito à educação. A história é marcada pelo favoritismo da elite, pela propensão à burguesia, enquanto o povo era privado de direitos básicos como a Educação. Infelizmente, muitos jovens e adultos que sofrem com o analfabetismo na atualidade, tendem a pensar que a razão de sua condição é a incapacidade de aprender. Sobre isso:

Na maior parte das vezes em que conversamos com pessoas jovens e adultas que não sabem ler ou escrever, o analfabetismo não é percebido como expressão de processos de exclusão social ou como violação de direitos coletivos, e sim como uma experiência individual de desvio ou fracasso, que provoca repetidas situações de discriminação e humilhação, vividas com grande sofrimento e, por vezes, acompanhadas por sentimentos de culpa e vergonha. (DI PIERRO; GALVÃO, 2007. p. 15)

Dessa forma, o alfabetizando se coloca na posição de culpado por sua condição atual, o sujeito se responsabiliza pela sua própria falta de escolaridade. No entanto, é necessária que haja a percepção, por parte dos alfabetizandos, de sua condição de oprimido. Sobre isso, Freire (1987, p. 17) afirma que:

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” ao opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora.

Nessa perspectiva, concordamos em afirmar que por meio da educação, o sujeito se torna capaz de desenvolver criticidade acerca do que está em torno de si, de forma que haja percepção de que sua condição atual não é resultado de suas próprias ações, mas da negação de seus direitos. Pinto (2010, p. 58) assevera o papel do professor nesse processo de conscientização e desalienação, “Compreende-se portanto que a principal tarefa do educador dotado de consciência crítica seja o incessante combate a todas as formas de alienação que afetam a sua sociedade, particularmente aquelas que imperam no terreno da educação. ”

O profissional docente, por sua vez, tem a responsabilidade de oferecer ao educando a possibilidade de desconstruir esse processo de alienação, onde essa ausência seja considerada como responsabilidade do próprio sujeito oprimido. Consideramos, então, que o processo de percepção do sujeito sob a negação de seus direitos, se faz a partir da relação professor–aluno. Onde o professor oportuniza e incentiva a reflexão e o pensamento crítico e o aluno compreenda a necessidade de lutar pela emancipação. “Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. ” (FREIRE, 1987, p. 17).

Na conjuntura social de nosso país, os alunos da EJA são comumente indivíduos em situações peculiares que culminaram na interrupção de seu processo de educação. A necessidade de trabalhar ainda quando criança para o sustento da família é um dos exemplos mais recorrentes de pessoas que tiveram seu desenvolvimento na leitura e escrita interrompido. Nessa perspectiva, percebe-se pessoas que iniciaram, mas não concluíram a aprendizagem. Segundo Moll (2011, p. 9):

[...] no contexto social brasileiro, nos referimos a homens e mulheres marcados por experiências de infância, pois não puderam permanecer na escola pela necessidade de trabalhar, por concepções que os afastaram da escola como a de que “mulher não precisa aprender” ou “saber os rudimentos da escrita já é suficiente”, ou, ainda, pela seletividade construída internamente na rede escolar que produz, ainda hoje, itinerários descontínuos de aprendizagens formais. Referimo-nos a homens e mulheres que viveram e vivem situações-limite nas quais o tempo de infância foi, via de regra, tempo de trabalho e de sustento das famílias.

Concordamos também com Di Pierro e Galvão (2007), quando refletimos que trabalhar prematuramente para o sustento da família seja, ainda que uma realidade

presente em diversos locais, uma prática mais recorrente dos moradores do campo em que escolas, quando existem, são de difícil acesso, distantes ou apresentam precariedade. Além disso, esses indivíduos desenvolvem seu sustento a partir da subsistência onde o trabalho braçal sobrepõe ao conhecimento escolar.

O trabalho precoce na lavoura, as dificuldades de acesso ou a ausência de escolas na zona rural impediram ou limitaram os estudos dessas pessoas na infância e adolescência. Nessas famílias, em que os adultos também não estudaram, os saberes adquiridos no trabalho costumavam ser mais valorizados que os conhecimentos veiculados pela escola. (DI PIERRO; GALVÃO, 2007, p. 16)

Outro ponto crucial na temática é o fator “evasão escolar”. Ela pode ser consequência de inúmeras particularidades que circundam o cotidiano de um aluno da EJA. O cansaço após um longo dia de trabalho, o interesse único por adquirir documentos estudantis para outros fins não equivalentes ao campo educacional propriamente dito e a própria perda de interesse por estar em um ambiente onde o docente não se dedica à sua função ou simplesmente não tem interesse em lecionar, entre outros fatores, estão diretamente relacionados aos motivos que se perpetuam até que ocasione a evasão. Segundo Dayrrel (2007), para os professores, o problema está em os alunos manifestarem continuamente desinteresse em aprender. Em contrapartida, para os alunos, os professores não promovem metodologias dinâmicas, são “enfadonhos” e, portanto, são os responsáveis pela ausência de interesse.

Para a escola e seus profissionais, o problema situa-se na juventude, no seu pretenso individualismo de caráter hedonista e irresponsável, dentre outros adjetivos, que estaria gerando um desinteresse pela educação escolar. Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade do diploma. (DAYRREL, 2007, p. 1106)

Ao longo da história até os dias de hoje, políticas públicas são promulgadas a fim de contemplar a EJA, no entanto, algumas dessas políticas, a exemplo da Constituição de 1988, podem não ter apresentado a devida eficácia. Contudo, consideramos necessário destacar o percurso da referida modalidade no campo da legislação, bem como seus fundamentos legais.

2.3 Fundamentos Legais da Educação de Jovens e Adultos

As políticas públicas na Educação de Jovens e Adultos expressadas por leis, resoluções, pareceres e normas, apresentam propostas de contribuir para a igualdade de oportunidade e inclusão social desses indivíduos que não conseguiram ou não tiveram condições de se alfabetizar na idade correta. Sobre isso, Parecer CNE/CEB 11/2000:

[...] uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, [...] Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. [...] a ausência da escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado [...].

Comumente, essas propostas legais se originam de reivindicações de movimentos populares, civis, em geral, que buscam por políticas públicas melhores e de inclusão:

É mais correto, no entanto, entender políticas públicas como uma junção das iniciativas do Estado ou melhor, da sociedade política com as ações e pressões da sociedade civil organizada, que se dirigem ao Estado para exigir a garantia de direitos ou implementá-los por meio de outras alternativas. (FAVERO, 2011, p. 29)

Sobre as principais legislações da Educação de Jovens e Adultos, e suas intencionalidades, podemos citar a Constituição Federal do Brasil de 1988 que, por sua vez, trouxe como princípio no art. 205 a ideia de que qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, bem como, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (BRASIL, 1988)

Com isso, teoricamente falando, a Constituição Federal foi a política pública mais significativa relacionada à EJA, sugerindo a garantia dos direitos sociais de todos, no intuito de permitir o acesso ao ensino de qualidade e dever do Estado. Buscou viabilizar, também, a manutenção e o desenvolvimento para a melhoria da

qualidade do ensino e a diminuição do analfabetismo. Outra política pública que merece destaque em se tratando da EJA no Brasil é A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN - nº 9.394/96 que reafirma com mais clareza o que havia na CF/1988, formalizando a educação de jovens e adultos como modalidade da educação básica. Nesse sentido, a LDBEN, tratando da EJA no Título V, capítulo II diz:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996)

A LDBEN buscou regularizar o ensino a todos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos na idade correta. É possível perceber que nessa Lei aparecem conceitos de garantia, como padrões mínimos de qualidade no ensino, necessidades de avaliações de qualidade, melhorias e aprimoramentos da qualidade do ensino.

Já nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, que o Conselho Nacional de Educação – CNE - e a Câmara de Educação Básica – CEB – através do Parecer nº 11/2000 e a Resolução 1/2000, é que se organizam todos os fundamentos, conceitos, bases legais, exames, estatísticas, metodologias e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino. O Parecer CNE/CEB nº 11/2000 menciona as funções da EJA:

Reparadora, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano.

Equalizadora, vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como

reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Qualificadora, mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. (BRASIL, 2000)

Nessa perspectiva, a alfabetização desses indivíduos, de forma reparadora, é consequência da negação deste direito fundamental. Trata-se da conscientização de igualdade, bem como uma construção da cidadania resultando em uma participação nas atividades sociais de forma democrática e ativa. Ressaltamos, todavia, a autonomia do sujeito visto como anônimo, diante de sua condição de analfabeto enfrentando dificuldades em uma sociedade que evidencia o conhecimento científico e muitas vezes, coloca o sujeito na condição de adotar métodos para inibir a ausência da decodificação.

Tem também a missão de promover o desenvolvimento por igual de todas as pessoas em todas as faixas etárias ao qual a Educação de Jovens e Adultos abrange. Além disso, possibilita o compartilhamento, conhecimentos e habilidades, troca de experiências e acesso a novas áreas de trabalho e cultura. Possibilitando para esses indivíduos melhores perspectivas de um futuro e educação igualitária. Além disso, favorece a qualificação pessoal, dando oportunidades de descobrir novos campos de atuação, bem como a auto-realização, novas experiências e progresso no mundo do trabalho.

Vale salientar também a importância da Resolução CNE/CEB nº 01/2000 – que, por sua vez, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos:

Art. 5º Os componentes curriculares consequentes ao modelo pedagógico próprio da educação de jovens e adultos e expressos nas propostas pedagógicas das unidades educacionais obedecerão aos princípios, aos objetivos e às diretrizes curriculares tais como formulados no Parecer CNE/CEB 11/2000, que acompanha a presente Resolução, nos pareceres CNE/CEB 4/98, CNE/CEB 15/98 e CNE/CEB 16/99, suas respectivas resoluções e as orientações próprias dos sistemas de ensino. Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

Artigo 6º, Cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos.

Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos, abrangendo também os processos formativos e a duração dos ciclos.

Outro documento que se refere à Educação de Jovens e Adultos é o Plano Nacional de Educação - PNE² - 13.005/14 de 25 de junho de 2014.

O PNE determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promova a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais.

O PNE é uma determinação constitucional, é uma lei ordinária com vigência de dez anos, prevista no artigo 214 da Constituição Federal.

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar; (BRASIL, 1988)

² A Emenda constitucional nº 59/2009 mudou a condição de Plano nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. (BRASIL,2014)

O Plano propõe que, “para acelerar a redução do analfabetismo é necessário agir ativamente tanto sobre o estoque existente quanto sobre as futuras gerações.” (PARECER, 2000). Além disso, afirma que esta educação deve estar vinculada com a educação profissionalizante. Municípios e unidades da federação devem ter seus planos de Educação aprovados em consonância com o PNE.

Meta 9 Alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10 EJA integrada à Educação Profissional: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (BRASIL, 2014)

A “meta 9” do PNE prevê a erradicação total do analfabetismo e a redução de 50% do analfabetismo funcional, para tanto há doze estratégias que asseguram direitos para a modalidade da educação de jovens e adultos. Já para a “meta 10”, o objetivo é que os alunos da EJA se profissionalizem com o intuito de saírem da escola diretamente para o mercado de trabalho. Nessa perspectiva, se faz necessário a expansão das matrículas, ampliando, por sua vez, as oportunidades para esse ingresso. O alcance dessa meta se dará por meio de onze estratégias.

O PNE configura-se por meio de prazos para o cumprimento dessas metas que são monitoradas e avaliadas durante todos os processos e os resultados são analisados, revisados e divulgados a cada dois anos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

2.4 Reflexão sobre metodologias de ensino na Educação de Jovens e Adultos

É fundamental conhecer a Educação de Jovens e Adultos para perceber suas especificidades. Nessa perspectiva, o professor da EJA deve atentar às diversidades sociais, culturais, étnicas, diferenças de faixas etárias, entre outras, que serão encontradas em sala de aula, para então selecionar metodologias que se apropriem da realidade do aluno objetivando que sua aprendizagem seja efetiva e ainda que desperte o interesse na busca por seus direitos. Todavia, não só a garantia ao acesso à educação, mas também de sua continuidade ao longo da vida:

A conquista desse direito depende do acesso generalizado à educação básica, mas o direito à educação não se esgota com o acesso, a permanência e a conclusão desse nível de ensino: ele pressupõe as condições para continuar os estudos em outros níveis. (GADOTTI, 2013, p. 22)

A última CONFINTEA realizada aqui no Brasil, em 2009, tratou a Educação Ao Longo da Vida reconhecendo seu papel fundamental na vida do ser humano, como sendo a representatividade das aprendizagens que ocorrem desde o nascimento do indivíduo até sua morte:

A EJA, na perspectiva de educação popular de aprendizagem ao longo da vida, extrapola a concepção de escolarização pela qual vem sendo identificada e assumida nas políticas públicas e se afirma como uma concepção mais ampla, de que o aprender é um movimento de formação humana que tem início no nascimento e continua durante toda a vida, passando pela escola, mas também incluindo as múltiplas vivências dos sujeitos, tal como reconhecido na VI CONFINTEA: “do berço ao túmulo”. (BRASIL, 2016, p. 71)

Levando em consideração a necessidade de aprimorar a qualidade de ensino ofertada ao público da EJA, faz-se indispensável a compreensão do que é metodologia e quais suas implicações, sobretudo na EJA. Sinteticamente falando, são métodos, estratégias ou ações planejadas pelo professor e executadas durante a aula de forma a possibilitar aos alunos a aprendizagem de determinado conteúdo. Ou seja:

[...] metodologia de ensino pode ser compreendida como um conjunto de ações desenvolvidas pelo professor visando alcançar os objetivos propostos, e não como um roteiro prescritivo que busca promover uma ação docente mecanizada a qual desconsidera o contexto em que o aluno está inserido. Por isso, é fundamental que o professor tenha clareza do que, para que, como e a quem está ensinando, para, a partir daí, utilizar uma metodologia que contemple as necessidades educacionais do aluno. (SILVA; PLOHARSKI, 2011, p. 1649)

Pinto (2010) destaca características essenciais para a metodologia na EJA: A ativação da autoconsciência de alfabetização e a contextualização com a realidade do aluno. Outra característica é que o aluno não deve ser forçado, mas sim, deve construir o método na relação professor – aluno. Em outras palavras, a metodologia é construída de forma humanizada, pensada no aluno, respeitando e considerando seus interesses e conhecimentos prévios. Sobre isso, Freire (1989, p. 18), preconiza:

Temos de respeitar os níveis de compreensão que os educandos – não importa que sejam – estão tendo de sua própria realidade. Impor a eles a nossa compreensão em nome de sua libertação é aceitar soluções autoritárias como caminhos de liberdade.

No entanto, ainda é recorrente a prática docente que desconsidera a conjuntura dos alunos da EJA. Moura (2009) corrobora nesse sentido e afirma que as metodologias vazias de significado ainda são recorrentes:

Sem a devida qualificação, os professores passam a desenvolver a prática pedagógica ignorando as especificidades e peculiaridades dos sujeitos em processo de escolarização. Utilizam metodologias (técnicas, recursos e atividades) sem qualquer significado para os alunos-trabalhadores, desconsiderando o contexto e a historicidade desses sujeitos. (MOURA, 2009, p. 46.)

Outro fator que deve ser considerado pelo professor é o retorno escolar. Concordamos com Moll (2011), ao afirmar que um grande desafio para jovens e adultos é o regresso à escola. Uma vez internalizada a realidade do período histórico em que a educação mantinha uma didática tradicional e autoritária, esses indivíduos encontram, hoje, a escola como um ambiente diferenciado que mesmo sendo o lugar em que se aprende, também é um espaço em que é oportunizado o diálogo, a troca de experiências, bem como, a aproximação com o professor. Freire (1987) tratou sobre a dialogicidade na educação como sendo essencial na relação professor-aluno de forma que os conteúdos a serem abordados não fossem depositados, mas que pudessem reverberar na vida dos educandos. Dessa forma:

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a revolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada. (FREIRE, 1987, p. 47)

Moll (2011) vem contribuir junto a Freire (1987) quando problematiza que o professor deve levar em consideração as memórias que os educandos trazem consigo para que, assim, haja a construção de novos significados sobre o que hoje este espaço escolar representa. É de grande valia a própria história individual dos alunos, uma vez que muitos possam ter vivenciado períodos marcantes e momentos históricos que podem ser discutidos em sala de aula. Essa prática, além de propiciar prazer em tomar conhecimento da relevância de suas experiências individuais e coletivas, proporciona também estímulo em refletir sobre a sua importância no mundo em que vive. Valorizar as memórias do alunado é, sobretudo, transformar acúmulo de vivências em ferramenta pedagógica significativa.

O profissional docente da EJA deve dispor um contato cauteloso a respeito dos alunos. Além de considerar as memórias que trazem consigo, o professor deve atentar para o fato de que a grande maioria desses sujeitos sente-se incapazes, envergonhados e constrangidos pela sua condição. Dessa forma, metodologias atrativas devem ser evidenciadas, tendo em vista a existência de profissionais dessa modalidade que tendem a apresentar falta de disposição no que diz respeito ao estímulo dos alunos, bem como, não dá a devida visibilidade às singularidades dos educandos.

Fazer-se professor de adultos implica empreender trajetórias que se enveredem pela razão sensível que, compreendendo e explicando o mundo com seus condicionantes históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais, permite que a singularidade das histórias humanas se explicitem no espaço da sala de aula para que cada um, se dizendo, possa dizer de seu mundo. E dizendo suas novas palavras, possa encantar-se com o universo de conhecimento que vem por meio delas. (MOLL, 2011, p. 15)

Uma considerada grande vilã da EJA é a evasão escolar, ou seja, a descontinuidade do processo de educação. A evasão é causada por inúmeras razões, uma delas é o desinteresse e o despreparo por parte do docente em oferecer uma aula dinâmica com atividades diferenciadas que envolvam o aluno na satisfação mediante a obtenção de conhecimento e, concomitantemente, o sentimento de prazer em perceber que é um indivíduo plenamente capaz. Nessa perspectiva, o professor deve se apropriar da ideia de que, por meio de metodologias favoráveis, é possível reduzir a evasão escolar e proporcionar um alargamento na qualidade da educação ofertada.

Um professor para ensinar na EJA tem os mesmos critérios de um professor das séries iniciais do ensino fundamental, mas ele precisa de conhecimentos específicos na sua atuação, ele precisa buscar novas metodologias para que o aluno da EJA não chegue ao ponto de desistir de estudar, onde através de suas competências e habilidades ele tenha criatividade para adaptar seus objetivos a serem alcançados de modo que o aluno sinta-se interesse pelas aulas. Sendo assim, tenham como metas as melhores perspectivas sobre o conhecimento adquirido na escola. (SANTOS et al., 2015, p. 8)

Outro ponto crucial nas metodologias atuais que pode ser refletido de forma crítica é a concepção de educação “bancária” ainda recorrente nas salas de aula. Uma das principais críticas de Freire (1987), é a de que o educador não deve ser considerado o único detentor do conhecimento e os educandos como sendo recipientes vazios. Em se tratando do público de jovens e adultos, por vezes, professores subestimam os conhecimentos que esses sujeitos trazem consigo, e deixam de utilizar-se desses saberes, como ponto de partida para sua prática diária. Nesse sentido:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1987, p. 33)

Como um dos grandes nomes da educação, Freire contribuiu indiscutivelmente acerca das metodologias na EJA. Suas contribuições são imprescindíveis e, até os dias atuais, fundamentam trabalhos como este que problematizam a maneira mais significativa de ensinar para jovens e adultos. A compreensão de educação como prática libertadora e como ferramenta de desenvolvimento de criticidade e reflexão, nos remetem de forma imediata a Paulo Freire que, durante sua vida deu visibilidade ao público da EJA como sendo sujeitos pensantes e de indubitável importância na sociedade.

Reafirmamos a necessidade do compromisso docente em busca de novas formas estratégicas de contribuir para a permanência na educação. Estar sempre atualizado é uma responsabilidade que o educador deve tomar consigo mesmo, para que sua prática seja inovadora e contemple os mais diferenciados níveis da EJA. Ressaltamos então a importância de trabalhar com as TICs, uma vez que estas estão

cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas. No sentido de romper com práticas tradicionais de ensino, atualizações tecnológicas podem ser ferramentas que auxiliam no processo educativo. Tendo em vista que alunos têm mudado a forma de aprender, estando inseridos numa era tecnológica, chamados por Prensky (2001) de Nativos Digitais. Estes são os que nasceram no mundo digital, são adeptos da linguagem midiática dos computadores, vídeo games e internet. Já os Imigrantes Digitais, são justamente aqueles que não nasceram nessa era digital, porém, conforme suas necessidades, adotaram aspectos da nova tecnologia.

2.4.1 Formação docente com ênfase em tecnologias na educação

Muitos professores encontram-se hoje na condição de Imigrantes Digitais, por isso, ainda há resistência dos que não acompanharam essas atualizações e estão em processo de adaptação. Muitas vezes essas recusas são por falta de conhecimentos, ausências de conteúdo em sua formação ou por receio de perder espaço para inovações tecnológicas.

Segundo Prensky (2001, p. 2) ***“os nossos instrutores Imigrantes Digitais, que usam uma linguagem ultrapassada (da era pré-digital), estão lutando para ensinar uma população que fala uma linguagem totalmente nova.”***³. Nessa perspectiva, para que não haja continuidade do retrocesso em metodologias adequadas, é preciso uma formação contínua desses educadores. Sobre isso, Demo (2016, p. 34) diz que: “[...] a formação é processo, não produto, não começa, nem acaba, está sempre em andamento.”. É preciso ter foco em formações que privilegiem a todos, de modo que possam ser incluídos os imigrantes digitais estudantes da EJA a partir de ações inovadoras e contextualizadas aos tempos atuais. Principalmente com os imigrantes digitais não pode-se utilizar metodologias ultrapassadas, descontextualizadas com a atualidade.

Nesse sentido, a formação docente deve ser permanentemente modernizada, para que esteja compatível com a era digital vigente. Segundo Demo (2016, p. 75) “o professor precisa inovar, sobretudo inovar-se”, a prática docente, as metodologias, os recursos pedagógicos saindo da sua zona de conforto e buscando inovar com as

³ Grifo do autor.

tecnologias no sentido de que a mediação da aprendizagem ocorra de forma dinâmica, ágil e estimulante.

Outro fator que deve ser repensado e discutido, é o planejamento educacional que, por sua vez, está diretamente relacionado à formação continuada, sobretudo em se tratando das tecnologias digitais na educação.

Num sentido amplo, planejamento é um processo que visa dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua resolução, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas considerando as condições do presente, as experiências do passado e os diferentes aspectos da realidade. (BRASIL, 2006, p. 35)

O planejamento educacional direcionado à EJA deve estar voltado para a formação cidadã e profissional, com o intuito de incluí-los na sociedade digital, favorecendo conteúdos significativos que abandonem práticas tradicionais. Dessa forma, o planejamento pode incorporar as novas tecnologias, através de seus inúmeros recursos midiáticos oportunizando interação entre Imigrantes e Nativos Digitais.

Nesse sentido, no tocante às questões que embasam este trabalho, destacamos a necessidade de uma metodologia que atenda às necessidades dos educandos, desperte seu interesse em estudar não apenas para aprender a ler e escrever, mas também para dar continuidade na busca por outros conhecimentos. Além disso, ressaltamos a importância de que o alunado sinta necessidade de estudar e praticar a leitura e a escrita diariamente mesmo fora do espaço escolar, bem como, o professor sinta-se também motivado e instigado a planejar suas aulas com intuito de oferecer aos seus alunos uma aula dinâmica, diferenciada, inovadora e, sobretudo, significativa.

2.5 Tecnologia como uma ferramenta educacional

Partimos da ideia de que o modo de vida da sociedade vigente contempla o acesso ao mundo das tecnologias de forma gradativa. Isso implica dizer que o homem é levado, paulatinamente, a fazer uso de tecnologias nas tarefas mais simples de seu cotidiano. Isso ocorre desde a pré-história, quando os povos primitivos eram obrigados a transformar materiais da própria natureza, a fim de criar ferramentas para facilitar suas atividades diárias como pesca e caça. Nessa perspectiva, concordamos com Veraszto et al., (2008, p. 62):

Nossos antepassados primitivos já utilizavam objetos achados na natureza como instrumentos que lhes garantissem uma extensão do corpo, porém não mostravam nenhuma intenção de modificá-los ou melhorá-los. O potencial tecnológico do homem estava presente, contudo ainda faltava um lampejo do intelecto para que mudanças significativas começassem a ser empreendidas.

Dessa forma, tudo o que é criado para melhorar e facilitar as condições de vida do homem é considerado tecnologia. Em outras palavras, é o ato de explorar o conhecimento que se tem, a fim de gerar algo que tenha por propósito a resolutividade e a praticidade em solucionar problemas e realizar atividades, simples ou complexas. Kenski (2007) confirma essas afirmações e ratifica que a tecnologia norteia toda a capacidade de inteligência do ser humano, desde a antiguidade, de forma que a capacidade de gerar um objeto, a partir de um pedaço de madeira, e transformá-la em um instrumento para a caça, mostra que a tecnologia está em constante avanço. Nessa perspectiva, segundo as contribuições dos autores supracitados, entendemos que através de sua inteligência, o homem tem criado e, conseqüentemente, obtido êxito alcançando progressos significativos que, por sua vez, vem ganhando mais espaço na sociedade contemporânea.

Vale ressaltar que, segundo um sentido elementar, se pode considerar a técnica como um conjunto de conhecimentos (habilidades e competências) eficazes que o homem desenvolveu ao longo dos tempos para melhorar sua maneira prática de viver. Contudo, graças ao desenvolvimento da civilização ocidental, chegou o momento que a dimensão puramente prática sentiu a necessidade de saber os por quês. Assim, a procura por esclarecimentos uniu a parte prática com a lógica, dando início histórico ao surgimento da tecnologia (Veraszto et al., 2008 apud AGAZZI, 2002, p 68).

Segundo Malheiros (2013) o acesso às novas tecnologias está cada dia mais frequente, sobretudo no espaço escolar. Essa acessibilidade deu-se a partir das

décadas de 70 e 80, quando o custo para a aquisição de computadores baixou, tornando-se possível a compra e a utilização desses recursos. Na década de 90, o governo criou projetos para implantação de computadores nas escolas, e logo percebeu a resistência dos docentes em utilizá-los, pois necessitavam de uma formação adequada. Os professores, por sua vez, relutavam nesse sentido frente à estranheza ao desconhecido e o medo de serem substituídos pelas máquinas. Entende-se que a reação por parte desses professores se deu pela falta de conhecimento acerca do manuseio, bem como a ausência de capacitação para a utilização desses recursos. Sobre isso, Malheiros (2013, p. 172) “A realidade não é tão simples assim. A entrada destas tecnologias de informação e comunicação vem mudar o cotidiano escolar, exigindo formação docente e entendimento acerca das novas formas de aprender. ”

As TICs -Tecnologias de Informação e Comunicação - devem ser vistas como auxílio aos professores na sala de aula, como um recurso instrucional que pode ser atrelado ao planejamento facilitando o alcance dos objetivos, a avaliação educacional e propostas de atividades (MALHEIROS, 2013). Segundo o autor, o computador foi usado nas escolas em três sentidos. O primeiro diz respeito ao seu uso no intuito de aprender informática, uma vez que esta representava não apenas uma forma de se comunicar, mas era considerada como a própria linguagem. Nesse sentido, fazia-se necessária a aprendizagem da informática. O segundo está relacionado ao uso do computador como uma ferramenta de apoio ao professor na execução de suas metodologias. Sobre isso: “[...] engloba-se os jogos educacionais, os cursos a distância (auto instrucionais ou não), comunidades de aprendizagem, dentre diversos outros. ” (MALHEIROS, 2013, p. 176). Por último, a utilização do computador no sentido de instrumento de aprendizagem ao que se refere o uso do computador para resolução de problemas. Nessa linha de estudo destacamos a importância de um grande nome das tecnologias na educação: Seymour Papert.

Segundo Campos (2008), com dois Ph. D em Matemática, Papert enveredou pelo campo da inteligência artificial, enquanto trabalhava no Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Nos anos 60, desenvolveu junto com outros colaboradores, o LOGO, uma “linguagem de computador” (CAMPOS, 2008, p. 79) pensada e planejada para o ensino, o que repercutiu em diversos países e impulsionou o uso das tecnologias na educação. Dá-se origem, então, à duas teorias relativas ao uso do

computador para a aprendizagem. Em se tratando da teoria construcionista, Papert (1994, p. 135):

[...] muitos aprendem difíceis videogames sem nenhum ensino formal! Outros usam o sistema de linhas telefônicas diretas da Nintendo ou lêem revistas sobre estratégias de jogos para encontrar o tipo de conselho que obteriam de um professor se isso fosse uma disciplina escolar. Além disso, já que um motivo para a má instrução é que ninguém gosta de ensinar crianças relutantes, a via construcionista tornará o ensino melhor, assim como menos necessário, extraindo, desse modo, o melhor de ambos os mundos.

Em outras palavras, o construcionismo propicia ao aluno oportunidades de construir seu próprio conhecimento, uma vez que parte do mínimo de ensino para que o educando seja autor de sua própria aprendizagem (PAPERT, 1994). Em contrapartida, no instrucionismo, o aluno é privado de realizar descobertas por si só, uma vez que o saber já é construído e transmitido aos educandos. Nesse sentido, a respeito do instrucionismo, Costa (2010, p. 3): “O aluno é o espectador para um volume de conhecimentos pré-determinados, pois, a interação existente entre o discente e o computador limita-se ao fornecimento de respostas a exercícios e a avanços ou retrocessos no conteúdo. ”

Sobre o Projeto LOGO, Papert propunha o uso do computador como ferramenta de construção de conhecimento. Por meio desse Projeto, os estudantes manuseavam o computador a fim de comandar as ações de um robô que se assemelhava à uma tartaruga. Esse robô locomovia-se em solo, obedecendo os comandos pelo computador e, por onde passasse, deixava um rastro de tinta demarcando o percurso que realizara. Nesse sentido, professores poderiam utilizar essa ferramenta tecnológica a fim de trabalhar questões matemáticas, como ângulo, noção de espaço, dentre outros conteúdos. Dessa forma, o aluno tornava-se “sujeito ativo” e não, “objeto do processo” (CAMPOS, 2008, p. 81.).

As ideias de Papert evoluíram com o auxílio de outros educadores e estudiosos. Com o avanço tecnológico influenciando a sociedade e adentrando o campo educacional, foram vislumbradas inúmeras maneiras em que as tecnologias favorecem uma construção de aulas mais interativas. Os equipamentos de informática foram diminuindo em tamanho e crescendo em potencial multimidiático. E na atualidade, os aparatos tecnológicos que vem ganhando força, são os dispositivos móveis.

2.6 Dispositivos móveis como ferramenta pedagógica na Educação de Jovens e Adultos

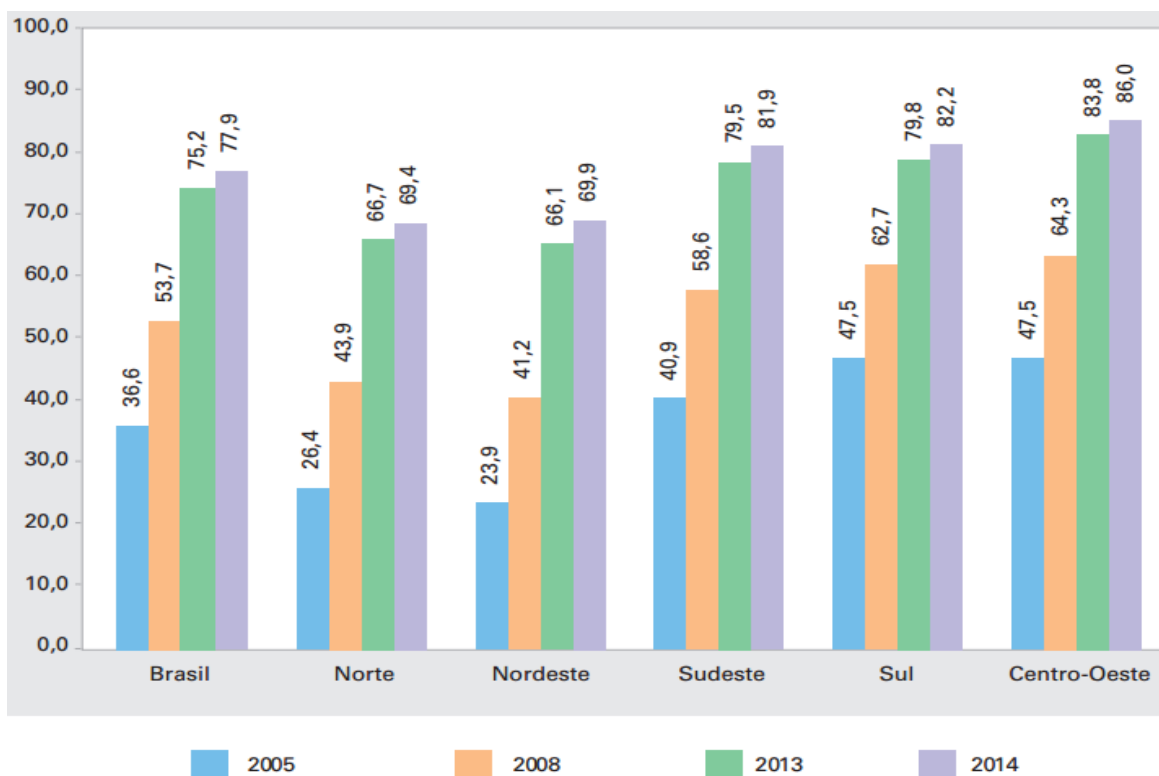
Em se tratando desses dispositivos móveis, consideramos como uma das múltiplas ramificações dentro da tecnologia. Fonseca traz a conceituação dessa mobilidade:

O laptop pode ser carregado, levado para outros espaços, diferentemente dos computadores de “mesa”, modelo desktop, porém se comparado a um telefone celular a relação é diferente. Diferente pelo fato de que celulares e smartphones, por exemplo, além de móveis, são portáteis. Usando como exemplo uma aula de campo ou uma visita guiada, dispositivos de mão como celulares e tablets têm vantagens em relação ao laptop, considerando a questão do transporte/portabilidade. (FONSECA, 2014, p. 5)

O aparelho celular tornou-se hoje uma ferramenta indispensável até mesmo para a menor das atividades diárias. Segundo Dias, Deus e Ireland (2013, p. 282) “Pelo caráter pessoal e portátil, os dispositivos móveis foram rapidamente adotados pelo ser humano, numa diversidade de utilizações que ultrapassam a sua função principal enquanto meio de comunicação.”. Em outras palavras, o celular, era utilizado meramente com a finalidade de realizar e receber chamadas. No entanto, com as necessidades do homem, sua principal utilidade foi ampliada, favorecendo diversas outras funções, convertendo-o em *smartphone*.

Segundo a pesquisa do IBGE (2014) adiante, percebemos que ao longo dos anos o consumo de telefone móvel para uso pessoal cresceu consideravelmente.

FIGURA 3: Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2005/2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2014.

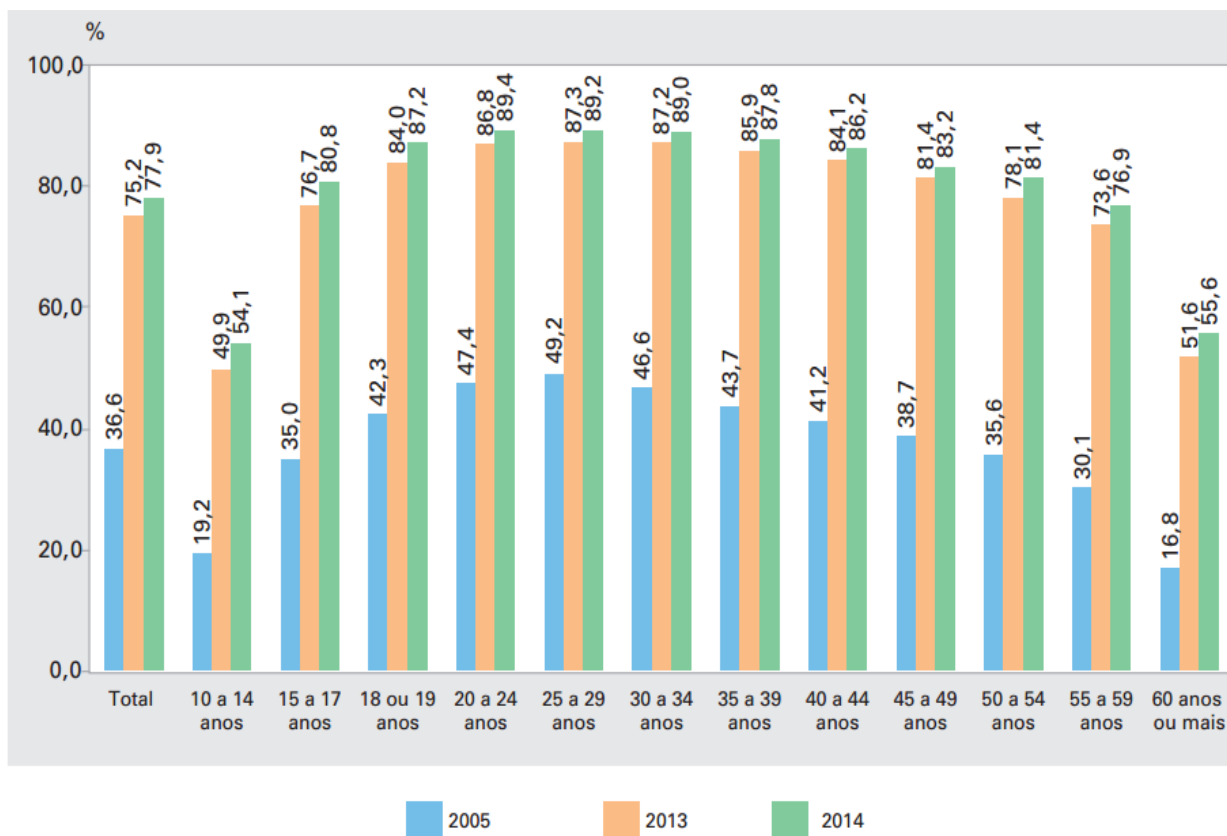
Cabe, então, refletirmos sobre como essa ascensão reflete na sociedade moderna. Dessa forma, concordamos com Kohn e Moraes (2007, p.1) quando afirmam que:

Caminhamos hoje por mais uma das transições sociais que transformam a sociedade ao longo dos tempos. Para compreender este processo, é preciso não só entender as mudanças da própria sociedade, sejam estas no seu modo de agir, pensar e se relacionar, mas também a evolução dos dispositivos que propuseram e/ou fizeram parte dessas modificações. Entende-se, então, que as transformações sociais estão diretamente ligadas às transformações tecnológicas da qual a sociedade se apropria para se desenvolver e se manter.

O modo da sociedade produzir e consumir informações mudou a tal ponto que se faz necessária a inclusão digital, do contrário, esses que estão fora dessa modernização acabam tornando-se indivíduos impossibilitados de compreender e/ou inserir-se nesse meio virtual. É inegável a proliferação desses dispositivos móveis na sociedade, independentemente da faixa etária.

Através do gráfico do IBGE (2014) que se segue, podemos notar que o uso do telefone móvel atende aos públicos de 10 a 60 anos de idade, contemplando, assim, o público da EJA.

FIGURA 4: Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade Brasil - 2005/2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2014

Percebemos então, que o ápice dos dados concentra-se nas idades de 15 a 59 anos. Com base nessas informações, comprovamos que dentre os sujeitos representados pelo gráfico, possivelmente o público da EJA tenha sido contemplado nesse critério. Diante dessas afirmativas, cabe-nos questionar: Por que não usar dispositivos móveis como material de apoio na aprendizagem, se estes já estão incorporados nas práticas diárias desses indivíduos?

Agora, a escola seria tão mais formadora quanto melhor informadora ela fosse. Ela trabalharia tão melhor quanto melhor ela pudesse usar instrumentos que a ajudassem a possibilitar que o estudante exercitasse a sua curiosidade de saber. Para isso, ela precisaria também, tanto quanto possível, conhecer as experiências extra-escolares de seus alunos, o que é que eles fazem, como fazem, como brincam, como trabalham etc. E adequar o uso desses instrumentos para aguçar a curiosidade e possibilitar que as crianças conheçam melhor o que já conhecem, e conheçam o que ainda não conhecem de forma sistematizada. (GUIMARÃES E FREIRE, 2011, p. 74)

A fala de Freire, apesar de enfatizar crianças, vale também para o público jovem e adulto uma vez que se faz necessária a sondagem de sua realidade a fim de possibilitar uma aprendizagem significativa.

Diante disso, problematizamos o uso dos dispositivos móveis no espaço escolar como ferramenta propulsora dos processos de ensino e aprendizagem. Refletimos, então, em como utilizá-lo para fins educacionais, principalmente dando visibilidade à questão da exclusão digital, uma prática recorrente na sociedade moderna. No que diz respeito a esses aparatos que proporcionam mobilidade, é imprescindível o conceito de Aprendizagem Móvel. A UNESCO (2014, p. 8) preconiza que “aprendizagem móvel envolve o uso de tecnologias móveis, isoladamente ou em combinação com outras tecnologias de informação e comunicação (TIC), a fim de permitir a aprendizagem a qualquer hora e em qualquer lugar”. Defendemos, então, o uso dos dispositivos móveis na EJA como uma ferramenta de apoio pedagógico que oportuniza uma metodologia interativa, dinâmica, diferenciada e atrativa, partindo da premissa de possibilitar que o ato de estudar a partir do uso desses dispositivos, ganhe um novo sentido e ocorra não apenas na escola, mas também nos espaços extra-escolares.

O acesso ao conhecimento e à informação ganha novos panoramas, e a aprendizagem novas dimensões. Nesta conjuntura, insere-se a questão do analfabetismo – um problema histórico-político-social, associado a uma problemática contemporânea, a exclusão digital – é fundamental pensar nas possibilidades educativas que as tecnologias móveis podem oportunizar, configurando-se num debate que abre espaço a novas alternativas para ambas as questões. (FREITAS, IRELAND 2014, p. 311)

Nas Diretrizes e Políticas para a Aprendizagem Móvel (2014), a UNESCO apresenta não apenas orientações, mas também os benefícios de trabalhar com dispositivos móveis como ferramenta de ensino e aprendizagem:

As tecnologias móveis, por serem altamente portáteis e relativamente baratas, ampliaram enormemente o potencial e a viabilidade da aprendizagem personalizada. Além disso, à medida que aumentam o volume e a diversidade de informações que os aparelhos móveis podem coletar sobre seus usuários, a tecnologia móvel torna-se capaz de melhor individualizar a aprendizagem. (UNESCO, 2014, p. 14)

Como facilitador para a aprendizagem, os dispositivos móveis oferecem ferramentas ainda mais específicas no processo de ensino e aprendizagem. Aplicativos como o Google Maps, calculadora, câmera, blocos de texto, dentre outros, estão gratuitamente à disposição dos usuários, vários podem ser utilizados mesmo sem acesso à internet. Infelizmente existem poucos que foram pensados e criados especialmente para serem utilizados em sala de aula da EJA com atividades contextualizadas e bem elaboradas, mas o Programa de Alfabetização na Língua Materna – PALMA -, é um grande exemplo. Sobre o PALMA:

Trata-se de um aplicativo para telefones inteligentes que consiste na combinação de sons, letras e imagens. O aplicativo propõe um aprendizado por associação de ideias. O programa foi desenvolvido para complementar a educação formal de jovens e adultos que não sabem ler e escrever. O projeto aproveita a mobilidade/portabilidade do celular para proporcionar um aprendizado full time “tempo integral” ou anytime e anywhere “a qualquer hora, em qualquer lugar. (FONSECA, 2014, p. 7)

Elaborado pelo IES2 – Inovação, Educação e Soluções Tecnológicas, o PALMA oferece diversos exercícios que apóiam o processo de aprendizagem. Suas atividades estão estruturadas de forma gradativa, em que as atividades seguem aumentando o nível conforme forem sendo resolvidas. Do nível 1 ao 5, cada etapa apresenta uma cor diferente indicando seu grau de dificuldade. Ao final das atividades relativas a determinado conteúdo (separação silábica, identificação de letras, palavras, sons ou imagens, etc.), o aplicativo soma as pontuações obtidas e converte em uma nota. Todos os avanços que os estudantes fazem mediante uso do aplicativo fica registrado em perfil particular do usuário, e o professor pode ter acesso e acompanhar o desempenho dos estudantes, observando as carências, as dificuldades, bem como seus progressos.

O uso do dispositivo móvel na EJA deve estar focado no aprendizado personalizado e interdisciplinar. Garantindo assim, a formação da opinião crítica do aluno e o considerando como principal interagente do processo de ensino e aprendizagem, pois, a educação de jovens e adultos apresenta características peculiares. (BARRETO; NETO, 2015, p. 2)

Consideramos, então, que o PALMA contribui significativamente com a aprendizagem móvel, atribuindo ao aluno a autonomia sobre sua produção de conhecimento tendo o dispositivo como ferramenta de estudo e o professor como mediador nesse processo.

Entretanto, reconhecemos a necessidade da elaboração de aplicativos que possam ser utilizados com o público da EJA. E ainda, a necessidade de se disseminar informações aos professores, por meio de formações específicas, munindo-os para aquilo que os dispositivos móveis contemplam pedagogicamente. Afinal, os recursos pedagógicos são meios e não fins do processo de ensino. É preciso saber como, para quê e quando utilizá-los.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A presente monografia utilizou-se inicialmente de pesquisa bibliográfica, a partir de textos, livros, artigos, resoluções, bases legais, relatórios, dentre outros recursos, para que a temática fosse desenvolvida. Sendo descrita da seguinte forma por Gil (2002, p. 44): “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. ” Até surgir a necessidade de saber mais do que era nos oferecido.

Buscamos conhecer na prática como é feita a utilização dos dispositivos móveis por professores da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Para o universo da pesquisa procuramos uma Escola Municipal na cidade de João Pessoa, Paraíba. A escolha desta se deu pelo elevado número de alunos matriculados na EJA, sendo este número 160, conforme informado pela Gestora da instituição e a quantidade de salas disponíveis para os diversos ciclos desta modalidade proporcionando assim um número significativo de professores. A amostragem da pesquisa utilizou-se do critério da regência nas salas de Educação de Jovens e Adultos em todos os ciclos, sendo composta por 6 docentes que conta com 3 professores polivalentes e 3 de áreas específicas (Geografia, Ensino Religioso e Artes).

Nossa pesquisa é de natureza aplicada, conforme Silva e Menezes (2001, p.20) classificam, “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. ”. E a abordagem é do ponto de vista qualitativa como descreve Silva e Menezes (2001, p.20) “Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. ”.

A referida pesquisa tem seus procedimentos técnicos de levantamentos, que de acordo com Gil (2002, p.50)

caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Para responder as questões iniciais que embasam esse trabalho, e o aprofundamento do estudo teve o objetivo exploratório uma vez que nos permite realizar o levantamento de hipóteses acerca da problemática, Gil (2002, p.41)

[...] visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. [...]

Objetivando a constatação de respostas para as perguntas que norteiam este trabalho, foi necessária uma pesquisa de campo, tendo a estruturação de um questionário com 18 perguntas objetivas de múltiplas escolhas com a marcação de “X”. De acordo com Silva e Menezes (2001, p. 33) o questionário:

[...] é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. O questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções. As instruções devem esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento.

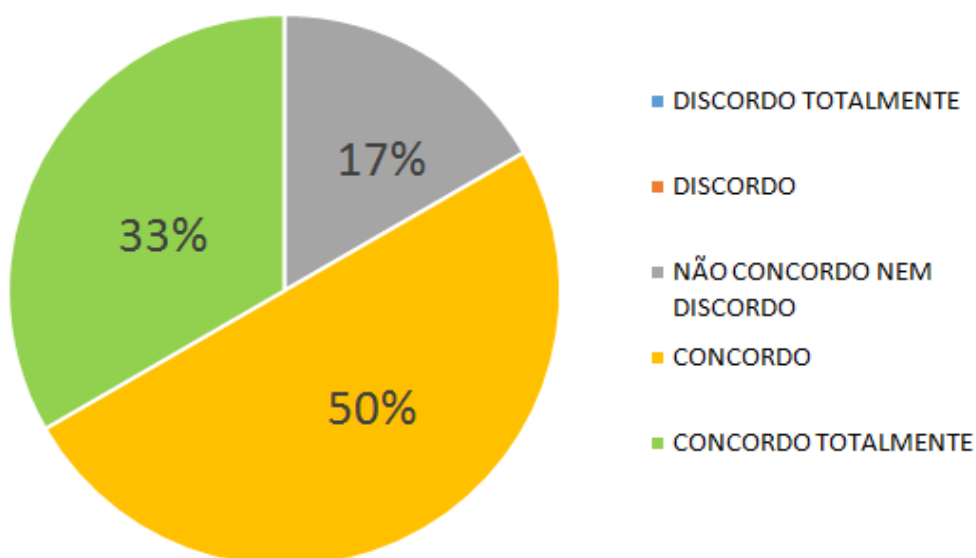
Antes da aplicação do questionário, explicou-se aos professores participantes, a finalidade e o objetivo da pesquisa, a importância da colaboração deles, bem como se esclareceu todas as múltiplas escolhas nas quais eles poderiam marcar, e que as informações prestadas permanecerão no anonimato. O questionário foi entregue nas salas dos professores, na presença dos participantes e das pesquisadoras na hora do intervalo, onde os mesmos puderam responder e entregar antes das aulas recomeçarem. Não tivemos nenhuma resistência ou impedimento por parte da gestão ou dos professores participantes.

Os dados recolhidos por meio dos questionários têm como objetivo o esclarecimento sobre a temática, e como esses professores utilizam os dispositivos móveis na educação de jovens e adultos. Para analisar os dados, reunimos todas as respostas em gráficos no intuito de obter uma visão panorâmica do posicionamento dos professores acerca da temática. Dessa maneira, foi possível compreender as afirmações que se revelaram em cada marcação, desvendando as respostas para as questões norteadoras da pesquisa.

4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa do trabalho, traremos os resultados da pesquisa realizada afim de analisarmos se as tecnologias, sobretudo os dispositivos móveis, são utilizadas na prática docente e o modo de utilização desses aparatos por esses professores, além de outras questões concernentes à temática principal, conforme supracitado no percurso metodológico. Além disso, a análise desses dados representa a relevância do trabalho, principalmente ao que se diz respeito a toda a fundamentação teórica e levantamento de informações acerca do tema.

Gráfico 1: O uso de tecnologias móveis na EJA é importante para a vida de jovens e adultos.



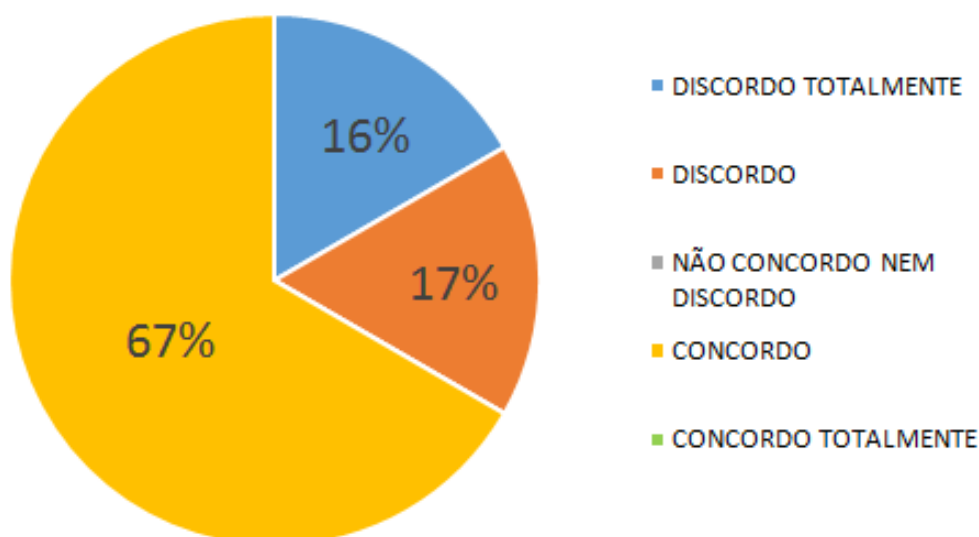
Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Conforme o gráfico, observamos que, para grande parte dos professores participantes, as tecnologias móveis são importantes na vida dos alunos da EJA, enquanto a minoria destes mostram neutralidade acerca desse quesito. Os dados obtidos corroboram com as ideias que defendemos. Nesse sentido, percebemos que há sensibilização da maior parte dos professores com a inclusão digital desses sujeitos, sobretudo dada a importância de incluir esses indivíduos social e digitalmente. Principalmente ao que se diz respeito ao constante avanço tecnológico que permeia, inclusive, desde atividades simples do cotidiano às mais complexas.

[...] é na modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos, que se tem mais dificuldade em implantar a inclusão digital e também onde mais deveria ter atenção, o que gera muitos desafios e discussões. Estes indivíduos já estão excluídos da sociedade por não saberem ler e escrever e com o advento das tecnologias, estes sujeitos se tornam também excluídos digitalmente. (AMPARO; FURLANETTI, 2011, p.3)

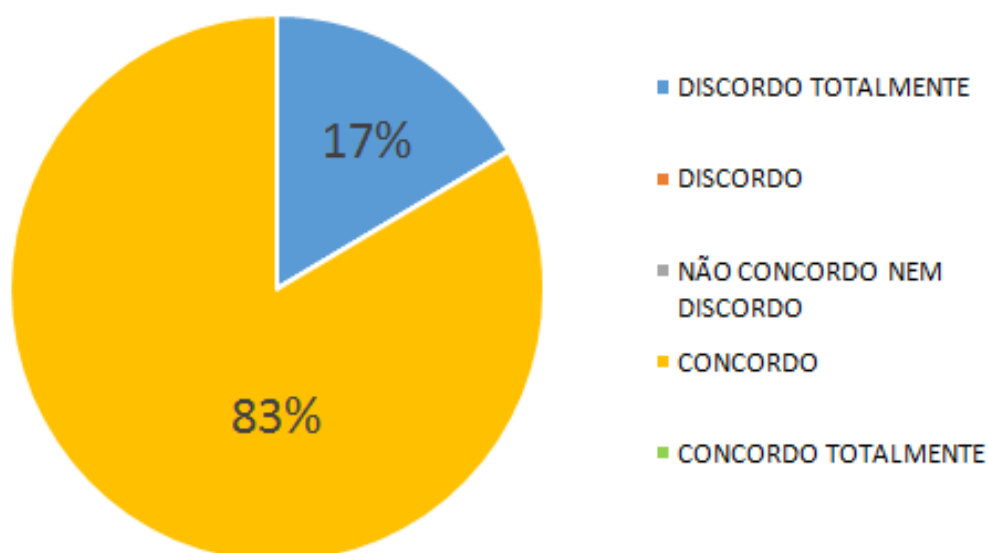
Dessa forma, faz-se extremamente necessário a reparação dessa dupla exclusão que permeia a realidade do aluno da EJA. Acreditamos que a inclusão digital só se faz mediante o reconhecimento do professor sobre sua relevância.

Gráfico 2: Utilizo dispositivos móveis para apoiar o processo de ensino pelo menos duas vezes por semana.



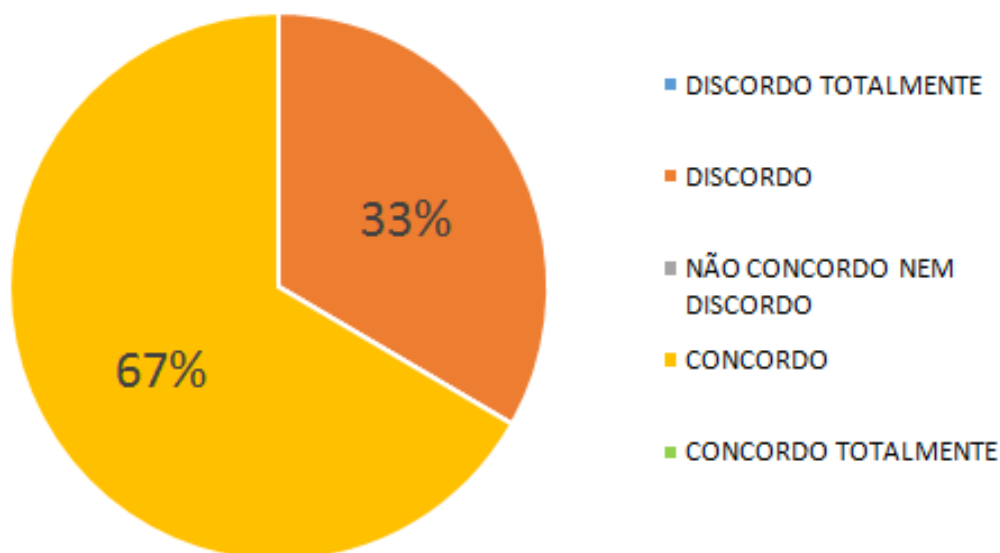
Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Gráfico 3: Utilizo dispositivos móveis para apoiar o processo de ensino pelo menos uma vez por mês.



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Gráfico 4: Utilizo dispositivos móveis para apoiar o processo de ensino pelo menos uma vez ao ano.



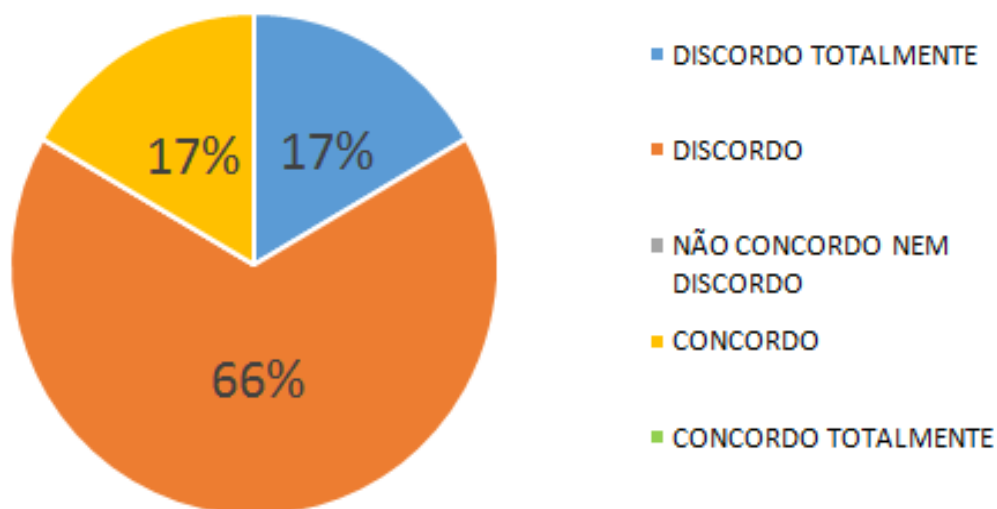
Fonte: Dados da pesquisa 2017.

De acordo com os gráficos acima, 67% dos entrevistados afirmaram utilizar dispositivos móveis como aparatos para o apoio pedagógico, pelo menos duas vezes por semana, enquanto 33% não utilizam esses aparatos nessa frequência. Em se tratando do uso mensal dos dispositivos móveis em sala de aula, 83% dos professores afirmam que fazem uso dos mesmos, enquanto 17% afirmam não os utilizar. Ao

analisarmos atentamente o gráfico referente a frequência anual do uso desses equipamentos, notamos que houve inconsistência nas informações emitidas. No referido gráfico, 67% afirmam usar pelo menos uma vez ao ano, enquanto 33% não utilizam. Nesse sentido, deduzimos que um dos professores foi incoerente em suas respostas, uma vez que, em certo momento, afirma-se utilizar dispositivos móveis pelo menos uma vez ao mês e, ao mesmo tempo, discorda da utilização desse meio uma vez ao ano.

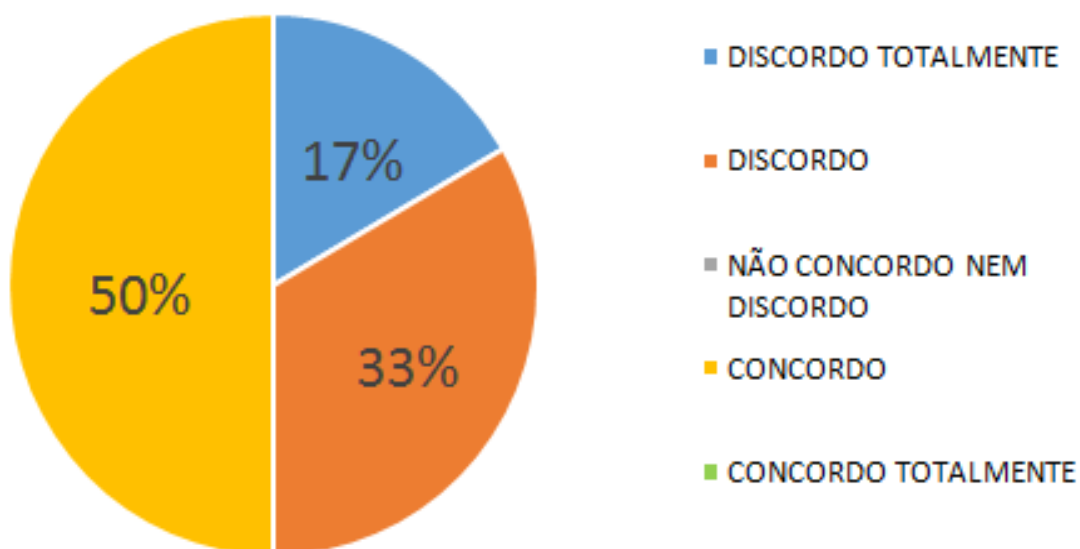
O estudo destes gráficos nos apresenta uma realidade de ausência da sistematização e planejamento para o uso de dispositivos móveis. Quando ocorre o planejamento coerente, o professor tem clareza das necessidades dos recursos necessários para encaminhamento de suas ações didáticas. Afinal, o uso de tecnologias na sala de aula não é a finalidade do processo de ensino. Defende Farias et.al. (2011, p.111): “O planejamento é ato; é uma atividade que projeta, organiza e sistematiza o fazer docente no que diz respeito aos seus fins, meios, forma e conteúdo”. Assim, a introdução das tecnologias deve estar claramente apresentada em comunhão com os objetivos de aprendizagem dos conteúdos pretendidos, desenvolvimento de habilidades e competências.

Gráfico 5: A maior parte dos meus alunos possui dispositivos móveis (smartphone, tablet...) e o utilizam com frequência para estudar.



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Gráfico 6: A maior parte dos meus alunos possui dispositivos móveis (smartphone, tablet...) e o utilizam com frequência para entretenimento.

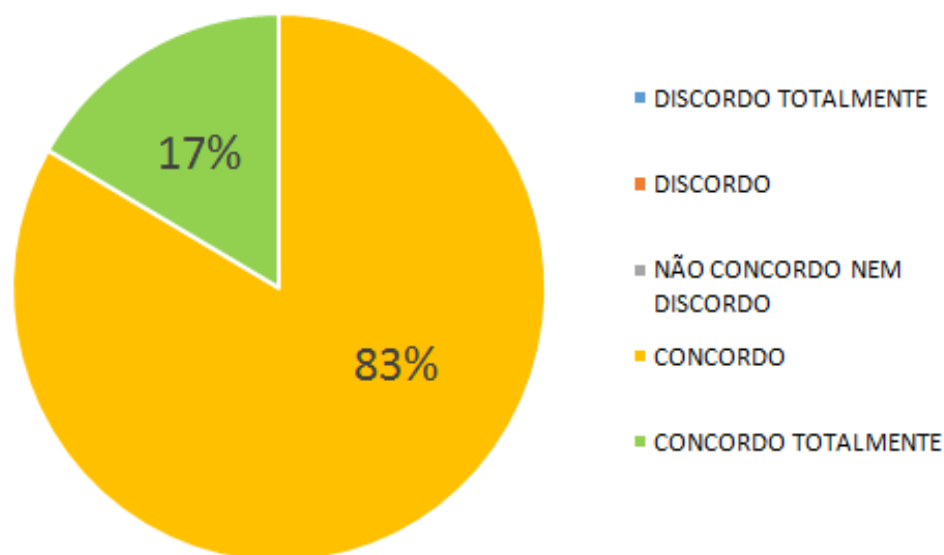


Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Um grande desafio frente a utilização desses dispositivos é a aquisição dos mesmos. Os dados dos gráficos acima, apontam que 83% dos professores participantes reconhecem que seus alunos possuem esses aparatos e não utilizam com frequência para estudar. E apenas 17%, afirmaram que seus alunos têm dispositivos móveis e utiliza com frequência como instrumento de estudo. Já no gráfico que trata da utilização desses dispositivos para entretenimento, percebemos que esse número é de 50%. Nessa perspectiva, entendemos que o uso para entretenimento sobrepõe ao uso para estudar.

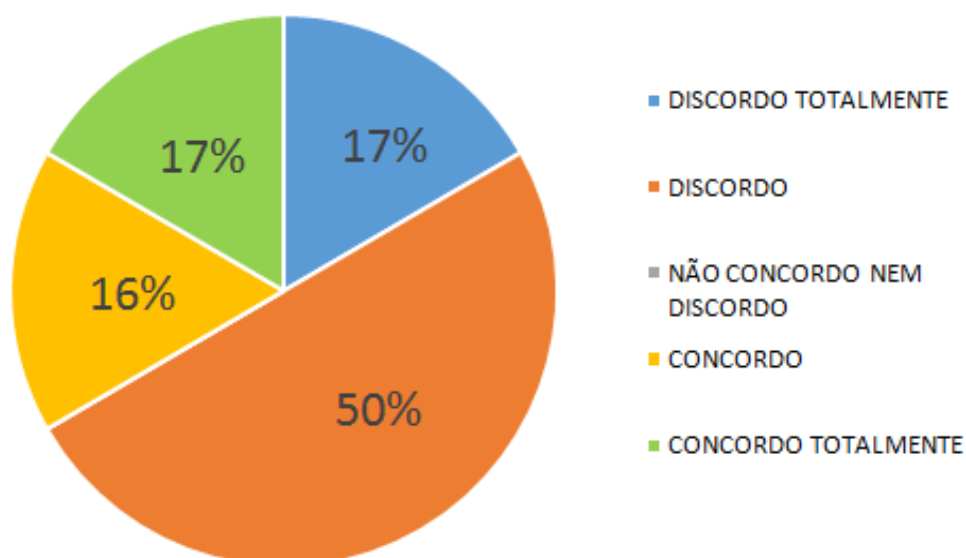
Estes gráficos comprovam a forte presença dos dispositivos móveis na vida cotidiana das pessoas. A velocidade com que os vídeos e áudios são produzidos na atualidade potencializa o sentido da troca de mensagens instantâneas envolvendo o usuário com maior encantamento. No mesmo sentido, a produção comercial para os dispositivos móveis tem crescido cada vez mais, vislumbrando um mercado de entretenimento cada vez mais potente para venda de produtos.

Gráfico 7: O uso de dispositivos móveis facilita a aprendizagem dos estudantes.



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Gráfico 8: Não utilizo dispositivos móveis para apoiar o processo de ensino.



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Conforme o gráfico 7, 100% dos professores participantes, acreditam que os dispositivos móveis facilitam a aprendizagem dos estudantes. Os dados mostram que há uma conscientização acerca da temática e que docentes enxergam os dispositivos móveis como facilitadores de suas práticas. Freire, em seu diálogo com Guimaraes

(2011), confirma que o uso das mídias na educação favorece o processo de leitura e escrita:

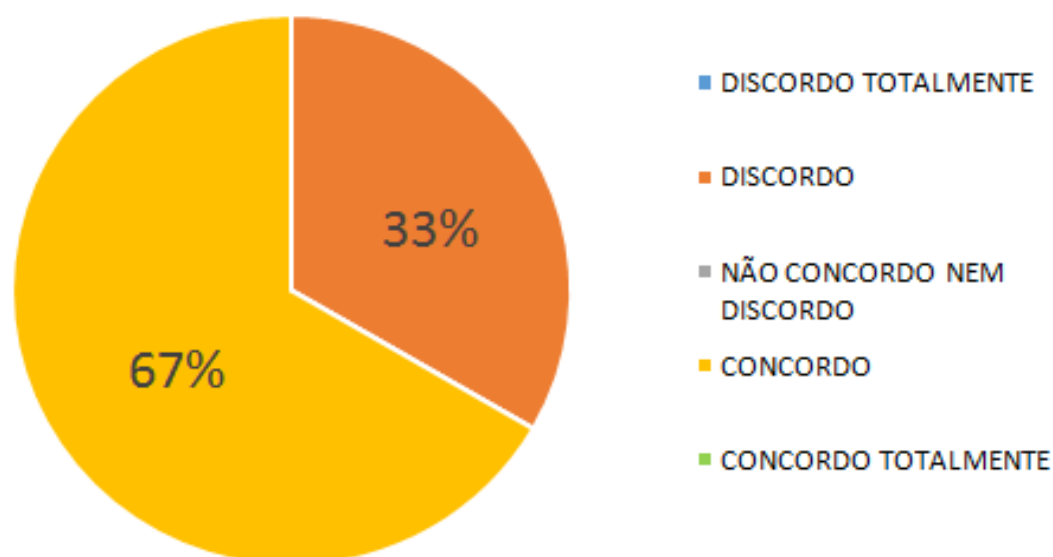
Vê: uma nova linguagem que não a escrita poderia ajudar enormemente, do ponto de vista técnico, ao que eu chamo “leitura do mundo” e, portanto, “leitura da realidade”, não necessariamente através da palavra escrita. Não vejo nisso antagonismo nenhum. Pelo contrário, vejo até que a leitura do mundo termina por colocar a leitura da palavra. Aí, então, a escrita da palavra e a sua leitura, uma vez mais, estariam associadas dinamicamente com a leitura do mundo. (GUIMARAES E FREIRE, 2011, p. 69.)

Apesar da concordância de que esses recursos facilitam o processo de ensino, o gráfico 8 aponta que 67% ainda não fazem uso dos dispositivos móveis como ferramenta pedagógica. Acreditamos que isso se dá devido à má formação que os cursos de licenciaturas oferecem. Segundo Demo (2006, p. 71):

Sendo pedagogia o curso mais importante da universidade hoje, cumpriria ter duração exemplar, nunca inferior a quatro anos. Precisa atualizar-se também, incluindo em especial o estudo de teorias mais contemporâneas de aprendizagem (em particular com base biológica), além de encarar horizontes tecnológicos complexos e as oportunidades de aprendizagem virtual. Torna-se cada dia mais, estudo interdisciplinar, exigindo esforço mais redobrado dos profissionais.

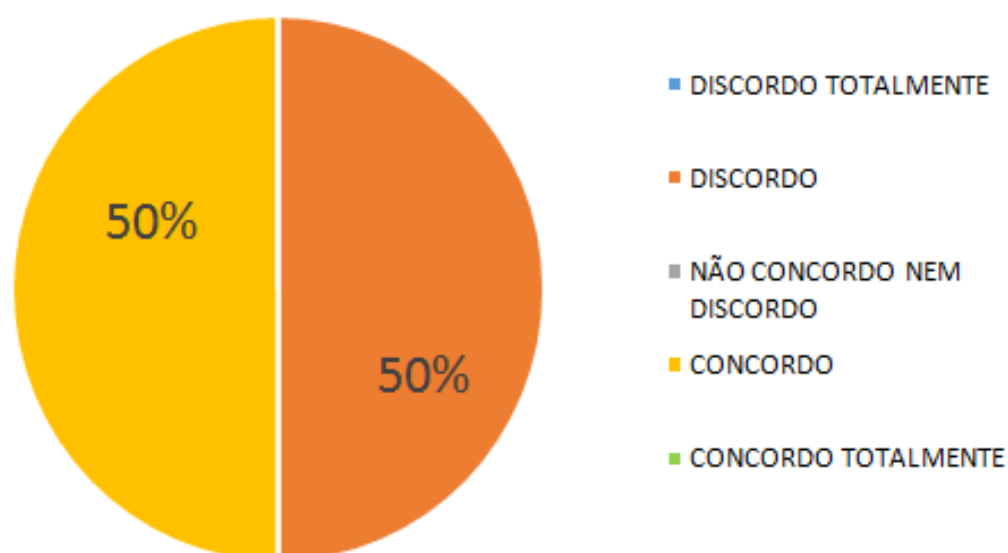
A formação de professores, a nosso ver, durante a graduação, deveria oferecer maior preparo acerca da utilização das tecnologias, principalmente devido a seu constante avanço, o que requer atualizações na capacitação desses docentes. Além da disciplina de Educação e Tecnologia, poderiam haver disciplinas optativas, ou áreas de aprofundamento que trabalhassem de forma mais abrangente.

Gráfico 9: Eu possuo dispositivos móveis (smartphone, tablet...) e os utilizo com frequência para estudar e trabalhar.



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Gráfico 10: Estimulo os estudantes a utilizarem os dispositivos móveis para estudar fora da sala de aula.

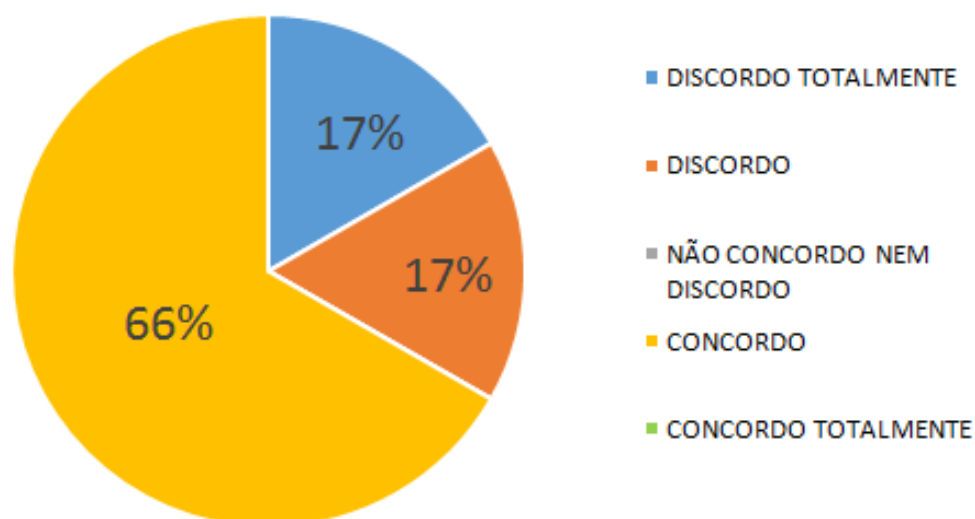


Fonte: Dados da pesquisa 2017.

As informações dos gráficos anteriores (gráficos 7 e 8), corroboram com o percentual dos gráficos acima (9 e 10) onde 67% dos professores, afirmam utilizar esses recursos frequentemente para estudar e trabalhar, enquanto 33% não o fazem para esses fins. Em outras palavras, mais da metade dos professores reconhecem a

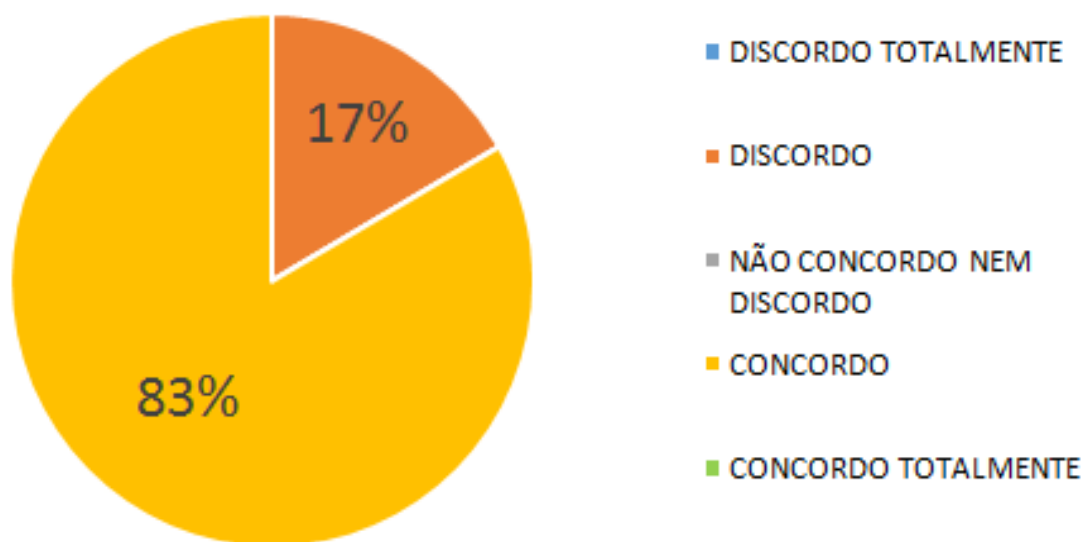
praticidade que essas ferramentas proporcionam e, por essa razão, usufruem de forma a acrescentar à sua prática docente, bem como para proveito pessoal. Apesar desse reconhecimento, uma informação inquietante é que apenas 50% desses professores estimulam os estudantes para utilizarem esses dispositivos em seus estudos fora do ambiente escolar. Nesse sentido, deduzimos que os 17% que diferem entre professores que utilizam os dispositivos e professores que não incentivam os alunos a utilizarem, podem estar representados entre aqueles que demonstraram, no gráfico 1, não acreditar que os dispositivos móveis são importantes na vida de jovens e adultos.

Gráfico 11: Tenho domínio de como planejar as minhas aulas utilizando dispositivos móveis como recurso didático.



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Gráfico 12: Tenho facilidade para utilizar os recursos tecnológicos digitais, em especial dispositivos móveis, para ensinar.



Fonte: Dados da pesquisa 2017

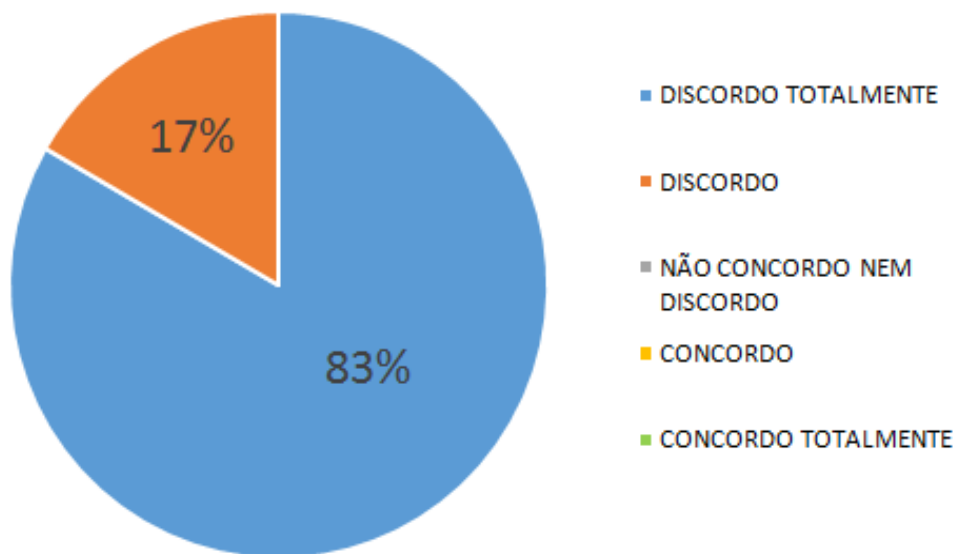
No gráfico 11, que 66% dos professores participantes afirmaram ter domínio do planejamento de suas aulas utilizando dispositivos móveis como material didático. No gráfico 12, notamos que 83% afirmaram ter facilidade para utilizar esses recursos, enquanto 17% afirmam não ter essa facilidade. Ao analisarmos ambos os gráficos, podemos deduzir que pelo menos 17%, dentre os 83%, fazem uso desses dispositivos sem planejamento, uma vez que no gráfico (GRÁFICO 12) apenas 66% confirmam ter domínio do planejamento com os dispositivos móveis.

O planejamento educacional é de extrema importância na prática docente, principalmente ao que se diz respeito ao uso de tecnologias. Constatamos então que pelo menos 1 dos professores tem utilizado dispositivos móveis sem planejar.

Para o(a) professor(a) comprometido(a) com seu trabalho, o planejamento faz parte do processo de tomada de decisão sobre a sua forma de agir, no dia-a-dia da sua prática pedagógica. Nele estão envolvidas ações e situações que se dão de forma continuada entre professor(a) e alunos e alunos entre si. (BRASIL, 2006, p. 32)

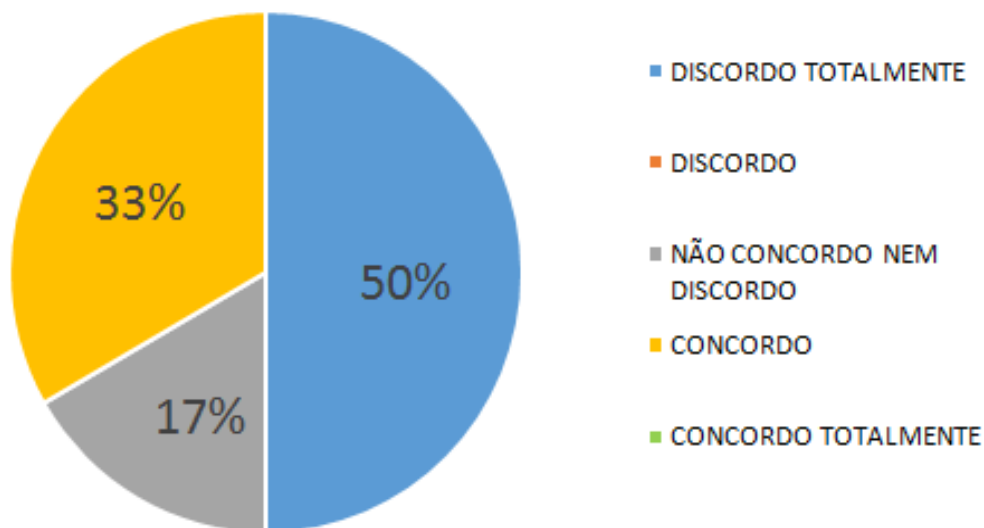
Nesse sentido, reconhecemos que, para uma aula significativa e coerente com a realidade do alunado, o professor deve preparar a aula de forma minuciosa.

Gráfico 13: Em minha escola o uso de dispositivos móveis é proibido.



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Gráfico 14: O uso de dispositivos móveis deve ser proibido em sala de aula, pois atrapalha as aulas e a concentração da turma.



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

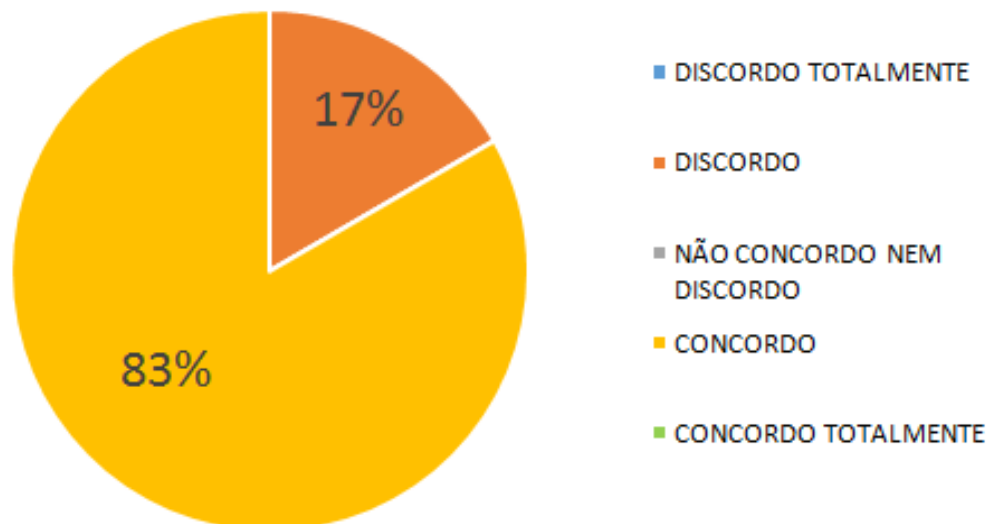
Foi constatado a partir do gráfico 14 que não é proibido o uso dos dispositivos móveis na escola elencada para a pesquisa, tendo em vista que 100% dos participantes discordam do enunciado. No gráfico 15, um terço dos professores acredita que o uso desses dispositivos deve ser proibido em sala de aula, baseados na justificativa de interferir a concentração da turma. Por sua vez, 50% destes

professores discorda da proibição no ambiente escolar. Contudo, sobre trabalhar com as TICs em sala de aula, Malheiros:

Há alguns anos discutia-se até que ponto as mídias deveriam ser incorporadas ao espaço educacional, tentando criar uma relação de contraponto entre as vantagens e desvantagens do uso das TICs para o ensino. Esta discussão, pelo menos em nível teórico, está superada. Mídias são uma realidade com a qual docentes têm que lidar, restando, portanto, compreender seu impacto no sentido de buscar as melhores alternativas para o desenvolvimento dos diversos projetos educacionais. (MALHEIROS, 2013, p. 174)

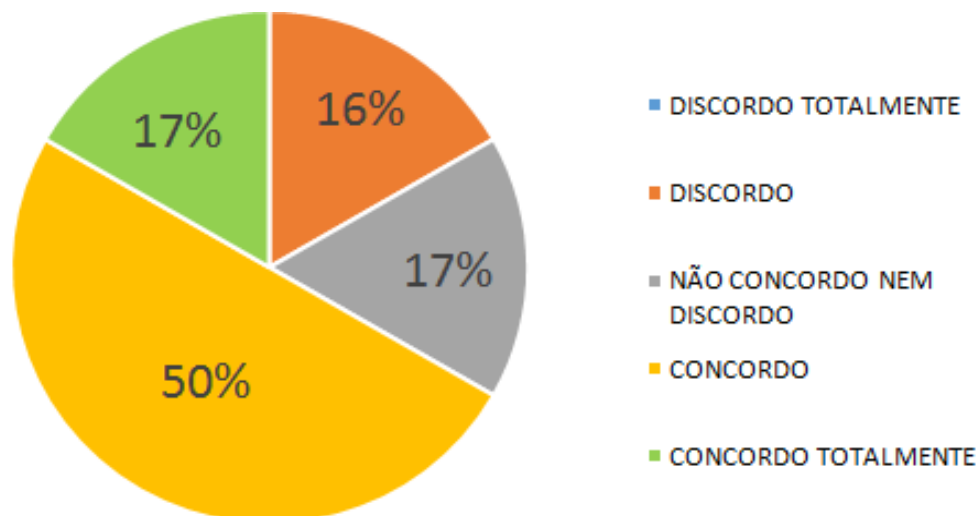
Cabe então uma reflexão que compreenda: Se essas tecnologias são assim tão presentes no cotidiano do homem, por qual razão elas não poderiam ser aplicadas como apoio pedagógico?

Gráfico 15: Conheço aplicativos que podem ser utilizados em sala de aula para auxiliar a construção de conhecimentos.



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

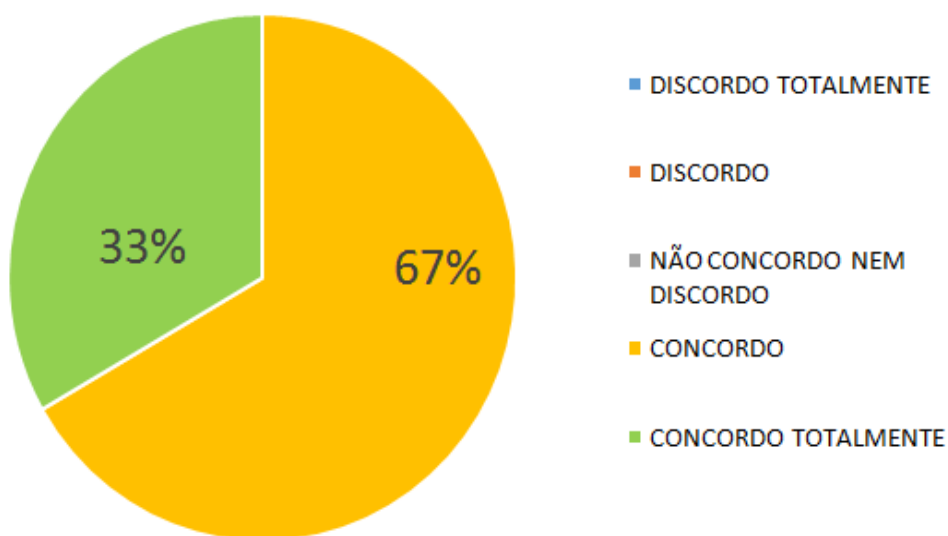
Gráfico 16: Já explorei aplicativos do próprio celular (calculadora, mapas, etc.) com meus alunos em sala de aula para compreenderem melhor o conteúdo estudado.



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

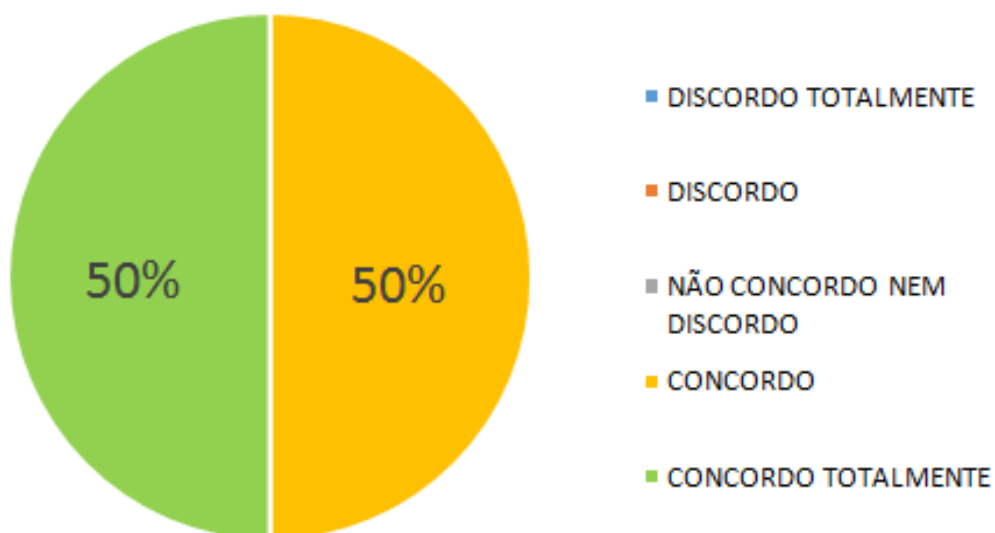
O gráfico 15 aponta que 83% dos professores conhecem aplicativos que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem. Já no gráfico 16, percebemos que apenas 67% utilizam aplicativos como recurso em suas aulas. Nesse sentido, ressaltamos que os aplicativos contribuem significativamente na Aprendizagem Móvel (FONSECA, 2014) e, por isso, devem ser explorados, uma vez que auxiliam no processo de ensino. O Projeto PALMA, como já citado, oferece inúmeras atividades para os mais diversos níveis de ensino e aborda conteúdos relacionados ao português, no entanto, outros que já vem instalados no smartphone também podem servir de apoio pedagógico. Por exemplo, o Google Maps oferece infinitas possibilidades para aplicar numa aula de geografia, basta que o professor explore e busque contextualizar com as necessidades do alunado.

Gráfico 17: O uso de tecnologias móveis na metodologia de ensino para a EJA facilita a prática docente.



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Gráfico 18: Gostaria de participar de uma formação específica para utilização dos dispositivos móveis como recursos didáticos na EJA.



Fonte: Dados da pesquisa 2017.

Em se tratando da facilidade dos dispositivos móveis na metodologia para EJA, todos os professores se mostraram favoráveis nesse sentido. Além disso, como podemos observar, todos eles demonstraram interesse em uma capacitação para o

uso dos dispositivos móveis na prática docente. Nesse sentido, refletindo sobre os resultados da pesquisa. Notamos que a maioria dos professores tem o acesso, mas não tem domínio quanto ao planejamento, nem facilidade para ensinar a partir do uso desses dispositivos. Sobre isso, Demo (2006) destaca a questão atualização permanente, para o autor, o professor:

[...] v) deve participar em grupos de estudos virtuais, aproveitando o horizonte que se abre com a nova mídia e também para dar o exemplo de como se pode aí estudar ainda melhor, não apenas aperfeiçoar a cópia; v) deve fazer uso da educação à distância, para alargar as oportunidades e também para imprimir-lhe devida dignidade de aprendizagem; vii) não pode nunca deixar de pesquisar, elaborar, publicar, para poder participar da engrenagem da desconstrução e reconstrução do conhecimento; viii) há que acompanhar a discussão relevante em sua área, para poder trazer para o aluno o que há de mais novo e pertinente; ix) professor precisa saber postar-se nas fronteiras do conhecimento; (DEMO, 2006, p. 74-75.)

O autor atribui ao professor a responsabilidade de buscar por novos meios de modernização, a fim de estar em um aprimoramento permanente, colocando-o constantemente no seio das discussões atuais. Além disso, destaca a importância da inovação de sua prática no sentido de manter - se a si mesmo e aos educandos incluídos digitalmente. Dessa forma, o professor precisa:

[...] iv) primeiro, há que inovar-se, para não ser hipócrita; v) depois há que inovar o aluno, para que ele tenha todas as oportunidades de formar-se para dar conta do mundo novo que o espera; vi) há que resguardar, sempre, a ética da inovação, para fazer deste processo inovador algo consentâneo com as necessidades e direitos do aluno; vii) a inovação só pode ser feita em nome do aluno e em seu proveito; viii) há que saber mudar, não mudar por mudar; ix) é importante saber usar as novas tecnologias, conservando-as como ferramenta; (DEMO, 2006, p. 75)

Toda a pesquisa reflete na carência de uma formação específica voltada para as tecnologias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca pela resposta à questão norteadora deste Trabalho “*Qual a relação entre a prática docente e o uso dos dispositivos móveis na Educação de Jovens e Adultos?* ”, constatamos que o vínculo entre as partes citadas dá-se por meio de planejamento adequado, com a finalidade de atender as necessidades desses educandos inseridos na era tecnológica. Esse planejamento deve ser fruto de uma formação permanente, sobretudo da reflexão a respeito da importância do uso dessas mídias digitais.

A fundamentação deste trabalho nos dá base para argumentar a necessidade de trabalhar com dispositivos móveis na modalidade de EJA, perpassando desde o contexto histórico desses sujeitos, até questões atuais da sociedade moderna.

A pesquisa correspondeu aos objetivos, uma vez que identificamos, caracterizamos e compreendemos que a utilização desses dispositivos se mostrou frágil - pela falta de planejamento dos professores, superficial - pela ausência de capacitação profissional e não sistematizada - no sentido da evidência de metodologias tradicionais.

Este trabalho possibilitou responder que os dispositivos móveis favorecem o espaço de ensino-aprendizagem proporcionando praticidade e dinamicidade na prática docente e, ao mesmo tempo, autonomia ao aluno no sentido de atribuir a possibilidade de construir seu próprio conhecimento e expandir o espaço e tempo de estudo, dentro ou fora do ambiente escolar.

As respostas obtidas por meio das análises do questionário contribuíram para o entendimento de que dispositivos móveis podem ser utilizados para fins educacionais, uma vez que as perguntas do questionário que abordavam esses dispositivos de forma positiva, tanto no cotidiano para usos gerais quanto para ferramenta pedagógica, eram consentidas pela grande maioria dos professores participantes.

Sobre a utilização dos dispositivos móveis pelos professores, constatamos que acontece de forma frequente. A maioria desses professores conhece, mas nem todos utilizam aplicativos básicos de telefones móveis. Quanto ao estímulo aos estudantes para o uso desses aparatos, há uma queda significativa, podendo então o professor valer-se dessa informação para aproveitar o uso de forma pedagógica. Principalmente, por não ser proibida a sua utilização dentro da sala de aula.

Consideramos que a resistência de estímulo se dê por parte de alguns professores que acreditam que esse uso atrapalhe a aula.

Considerando que uma parte dos professores, perante a ausência de domínio em planejar uma aula significativa, ainda não faz uso dos dispositivos móveis como apoio pedagógico, justifica-se o interesse da totalidade de professores em participar de uma formação específica voltada para o uso desses instrumentos como recurso didático na EJA.

A pesquisa nos possibilitou perceber a necessidade de formação modernizada e específica que atenda ao público misto de Imigrantes e Nativos Digitais presentes na sala de aula da EJA. Dessa maneira, é fundamental uma metodologia modernizada que atenda essas exigências.

Em linhas gerais, a partir das análises, este trabalho foi de notável relevância em nossa formação, sobretudo por se dar a conhecer informações relativas à EJA e o uso dos dispositivos móveis como facilitador no âmbito educacional. Apesar de dar-se como concluída, acreditamos que essa pesquisa possa vir a ser ponto de partida para estudos futuros e, portanto, de total relevância para pesquisas que englobem a referida temática.

6. REFERÊNCIAS

AMPARO, Matheus A. M; FURLANETTI, Maria P. de F. R.. **Inclusão digital na educação de jovens e adultos: dificuldades e desafios**. In: 3º Congresso Internacional de Educação. 2011. ISAPG.

BRASIL. Cadernos EJA 4: Trabalhando com a educação de jovens e adultos – **Avaliação e planejamento**. Brasília: MEC/SECAD, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno4.pdf>. Acesso em: mai. 2017.

_____. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. Programa Brasil Alfabetizado. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado> >. Acesso em: mai. 2017.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

_____. **Diretrizes de Políticas para Aprendizagem Móvel**. Representação da UNESCO no Brasil, 2014, 44 p. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227770por.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: mai. 2017.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12, jan. 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125). Disponível em: < <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: mai. 2017.

DAYRREL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DI PIERRO, Maria Clara; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Vivendo o preconceito e a condição de analfabeto**. Preconceito contra o analfabeto. – São Paulo: Cortez, 2007. – (Preconceitos; v.2)

DIAS, Daniele; IRELAND, Timothy; DEUS, Milene. **A contribuição do uso de dispositivos móveis para um currículo voltado a uma educação transformadora na EJA.** Revista Eletrônica Espaço do Currículo, João Pessoa, Vol. 6, N.2, p. 1 – 16, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/17150/9765>>. Acesso em: 8, fev. 2017.

FARIAS, I., SALES, J., BRAGA, M., FRANÇA, M. **DIDÁTICA E DOCÊNCIA: aprendendo a profissão.** Brasília: Liber Livro, 2011.

FÁVERO, Osmar. **Políticas públicas de educação de jovens e adultos.** In: SOUZA, José dos Santos e SALES, Sandra Regina (orgs.). Educação de jovens e adultos: políticas e práticas educativas. Rio de Janeiro: NAU Editora, EDUR, 2011, p. 29-48.

FONSECA, Ana Graciela Mendes Fernandes. **Brazilian Journal of Technology, Communication, and Cognitive Science.** A ascensão dos dispositivos móveis e seus usos no ensino-aprendizagem - Edição nº 2, Ano II - Agosto 2014 > disponível em: < www.revista.teccog.net >. Acesso em: set, 2016.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler em três artigos que se completam.** 23ª. ed. São Paulo: Autores Associados: Terra, Cortez. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4). 1989.

_____, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREITAS, E. A. de; IRELAND, T. D. **Utilização de tecnologia móvel na educação de jovens e adultos: entre tijolos e tecnologia uma proposta de Alfabetização.** 3º Congresso Brasileiro de Informática na Educação (CBIE 2014) Workshops WCBIE. 2014. Disponível em: < <http://www.br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/viewFile/3230/2791>>. Acesso em: mai. 2017.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Adultos como Direito Humano** EJA EM DEBATE, Florianópolis, Ano 2, n. 2. Jul. 2013. Disponível em: < <http://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA> >. Acesso em: 24, mai. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002. IBGE. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2014.** Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 89 p Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95753.pdf>>. Acesso em: mai. 2017

GUIMARÃES, S; FREIRE, P. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IBGE. **Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais.** Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>>. Acesso em: mar. 2017

_____. **Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2005/2014** Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=295753&view=detalhes>>. Acesso em: mai. 2017.

IRELAND, Timothy. **Revisitando a CONFINTEA: sessenta anos de defesa e promoção da educação de adultos**. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, Vol. 1, nº 1, 2013. Disponível em <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/241>>. Acesso em: mai. 2017.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias. O novo ritmo da informação**. – Campinas, SP. Papirus, 2007.

KOHN, Karen; MORAES, Claudia Herte. **O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30. Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1533-1.pdf>>. Acesso em: mar. 2017

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Didática geral**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MOLL, JAQUELINE. **Alfabetização de adultos: desafios à razão e ao encantamento**. Porto Alegre: Mediação, 2011, p7 – 16. – (Série Projetos e Práticas Pedagógicas)

MOURA, T. M. M. **Formação de Educadores de Jovens e Adultos: Realidade, desafios e perspectivas atuais**. Práxis Educacional. v. 5, n.7. p. 45-72, 2009.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade. Et al. **Educação de Jovens e Adultos na perspectiva do Direito à Educação ao Longo da Vida: caminhos possíveis**. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Coletânea de textos CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas / Organizado por Paulo Gabriel Soledade Nacif, Arlindo Cavalcanti de Queiroz, Lêda Maria Gomes e Rosimere Gomes Rocha. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. - Brasília: MEC, 2016.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças: repensando a escola na era digital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PINTO, Álvaro Vieira. **Forma e conteúdo da educação**. Sete lições sobre educação de adultos. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PLOHARSKI, Nara R. B. SILVA, Joelma B. da. **A Metodologia de Ensino Utilizada Pelos Professores da EJA - 1º Segmento – em Algumas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba**. X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. PUCPR. 2011. Disponível: < http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5067_2554.pdf. Acesso em 13/03/2013>. Acesso em: mai. 2017

PRENSKY, Marc. **Nativos digitais, imigrantes digitais**. Traduzido por Roberta de Moraes Jesus de Souza. Disponível em: < <http://poetadasmoreninhas.pbworks.com/w/file/60222961/Prensky%20%20Imigrantes%20e%20nativos%20digitais.pdf>>. Acesso em: mai. 2017.

SABOIA, Juliana. VARGAS, Patrícia Leal. VIVA, Marco Aurélio de Andrade. **Revista cesuca virtual: conhecimento sem fronteiras**. O uso dos dispositivos móveis no processo de ensino e aprendizagem no meio virtual. V.1, n. 1, jul/2013 >Disponível em: < <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/cesucavirtual> >. Acesso em: nov, 2016.

SILVA, E. L.; MENEZES; E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Edna Lúcia da. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

STRELHOW, Thyele Borcarte. **Breve história sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. s/d. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/agencia/UNESCO/>>. Acesso em: fev, 2017.

VALENTE, José A. **O uso inteligente do computador na educação**. Disponível em: < <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0024.html> > Acesso em: nov, 2016.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos**. Niterói: 2006.página eletrônica Disponível: < <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigos/educacao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf> > Artigo- pagina web. Acesso em: fev. 2017.

VERASZTO, Estéfano Vizconde et al. **Tecnologia: buscando uma definição para o conceito**. Revista Prisma.com, n.7, p.60-85, dez. 2008. Disponível em: < <http://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/prismacom/article/viewFile/2078/1913>>. Acesso em : mai. 2017.

VIEIRA, Euripedes Falcão. **A sociedade cibernética**. Cadernos EBAPE. BR. v. 4, nº2, Jun. 2016.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CURSO DE PEDAGOGIA

CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA

Venho, por meio desta, solicitar autorização para aplicação do questionário da pesquisa intitulada: _____, a qual está sendo desenvolvida como quesito obrigatório para trabalho de conclusão do curso de Graduação em Pedagogia das estudantes:

- 1) _____ Matrícula _____ e
- 2) _____ Matrícula _____.

O questionário tem por objetivo pesquisar como o professor da EJA tem utilizado os dispositivos móveis para apoio do processo de ensino.

A identificação de seus participantes não se faz necessária.

Desde já agradecemos o apoio e colocamo-nos a disposição.

Atenciosamente,

Daniele dos Santos Ferreira Dias
Professora Orientadora
(SIAPE 1812746)

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CURSO DE PEDAGOGIA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O presente questionário tem por objetivo pesquisar como o professor da EJA tem utilizado os dispositivos móveis para apoio do processo de ensino. A sua identificação não é necessária.

Marque um X no quadro que melhor lhe representa para cada uma das afirmações.

		Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	De acordo	Totalmente de acordo
1	O uso de tecnologias móveis na EJA é importante para a vida de jovens e adultos.					
2	O uso de tecnologias móveis na metodologia de ensino para a EJA facilita a prática docente.					
3	Utilizo dispositivos móveis para apoiar o processo de ensino pelo menos duas vezes por semana.					
4	Utilizo dispositivos móveis para apoiar o processo de ensino pelo menos uma vez por mês.					
5	Utilizo dispositivos móveis para apoiar o processo de ensino pelo menos uma vez ao ano.					
6	Não utilizo dispositivos móveis para apoiar o processo de ensino.					
7	O uso de dispositivos móveis facilita a aprendizagem dos estudantes.					
8	A maior parte dos meus alunos possui dispositivos móveis (smartphone, tablet...) e o utilizam com frequência para estudar.					
9	A maior parte dos meus alunos possui dispositivos móveis (smartphone, tablet...) e o utilizam com frequência para entretenimento.					
10	Eu possuo dispositivos móveis (smartphone, tablet...) e os utilizo com frequência para estudar e trabalhar.					
11	Estimulo os estudantes a utilizarem os dispositivos móveis para estudar fora da sala de aula.					
12	Tenho domínio de como planejar as minhas aulas utilizando dispositivos móveis como recurso didático.					
13	Tenho facilidade para utilizar os recursos tecnológicos digitais, em especial dispositivos móveis, para ensinar.					
14	Conheço aplicativos que podem ser utilizados em sala de aula para auxiliar a construção de conhecimentos.					

15	Já explorei aplicativos do próprio celular (calculadora, mapas, etc.) com meus alunos em sala de aula para compreenderem melhor o conteúdo estudado.					
16	Em minha escola o uso de dispositivos móveis é proibido.					
17	O uso de dispositivos móveis deve ser proibido em sala de aula, pois atrapalha as aulas e a concentração da turma.					
18	Gostaria de participar de uma formação específica para utilização dos dispositivos móveis como recursos didáticos na EJA.					